Número: 24

Horta, Sexta-Feira, 27 de Novembro de 1981

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

IISessão legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados Fernando Dutra e David Santos

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia.

Pelo Sr. Presidente foi referida a correspondência, tendo sido lidas respostas do Governo Regional a requerimentos apresentados por alguns Srs. Deputados.

Para tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região, interveio o Sr. Deputado Fernando Monteiro (CDS).

2. Período da Ordem do Dia:

Neste período a Assembleia debateu o seguinte diploma:

-Proposta do Plano a Médio Prazo (em continuação).

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados José Ribeiro (PSD), Daniel de Sá (PS), Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros), Joaquim Ponte (PSD), Fernando Monteiro (CDS), Emílio Porto (PS), Emanuel Silva (PSD), Dionísio Sousa (PS), Pacheco de Almeida (PSD), Martins Goulart (PS), José Manuel Bettencourt (PS), o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento, (Nunes Liberato), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima), Carlos Teixeira (PSD), o Sr. Secretário Regional da Administração Pública, (Melo Alves), o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social (João Bernardo Rodrigues), o Sr. Presidente do Governo Regional (Mota Amaral), Jorge Castanheira Cruz (PSD), João de Brito Medeiros (PSD), Fernando Faria (PSD) e Altino de Melo (PSD).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Emanuel Silva, Cinelândia Sousa, Álvaro Monjardino, Borges de Carvalho, Carlos Bettencourt, Carlos Teixeira, Duarte Mendes, David Santos, Emanuel Carreiro, Fernando Dutra, Fernando Faria, Frederico Maciel, João Soares, João de Brito, José Altino de Melo, Fátima Oliveira, José António de Melo, José Freitas da Silva, José Rodrigues, Joaquim Ponte, Jorge Cruz, Manuel Melo, Mário Silveira, Pacheco de Almeida, Renato Moura, Vasco Garcia; **PS** - Avelino Rodrigues, Conceição Bettencourt, Carlos Mendonça, Daniel de Sá, Dionísio de Sousa, Emílio Porto, José Manuel Bettencourt, Jesuíno Facha, Martins Goulart, Roberto Amaral; **CDS** - Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 38 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de antes da Ordem do Dia

Correspondência:

A Associação Agrícola do Distrito de Ponta Delgada, envia-nos com data do dia 19 um ofício

sobre o Plano a Médio Prazo, onde diz que recebeu um exemplar do Plano mas não pode deixar de fazer um reparo que lhe parece pertinente, qual seja, o da exiguidade de tempo que lhe foi dado para fazer uma apreciação consciente e responsável dos assuntos nele tratados.

Esta Associação pensa que os Srs. Deputados estarão plenamente conscientes das suas responsabilidades e por isso farão uma apreciação e discussão bastante profunda e criteriosa de todos os assuntos tratados no mesmo, no que concerne ao sector agro-pecuário que como é sabido, tem a maior incidência no P.I.B. da Região.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em requerimento datado de 24 deste mês, solicita a suspensão do seu mandato de Deputado Regional até ao dia 31 de Outubro de 1982, invocando as suas actividades como Director do Departamento Regional de Estudos e Planeamento.

O requerimento já foi deferido e mandado comunicar, para efeitos de substituição, ao Grupo Parlamentar do PSD.

Temos aqui vários ofícios do Governo Regional com respostas a pedidos de informação dos Srs. Deputados:

- Da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Fernando Dutra sobre a Central Térmica do Pico.

- Da mesma Secretaria, a requerimento do Sr. Deputado Renato Moura, sobre o "Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Ilha das Flores".

- Da Secretaria Regional da Educação e Cultura, resposta a o requerimento dos Srs. Deputado Avelino Rodrigues e Carlos César, relativamente a "Retroactivos a Professores".

- Da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, resposta a requerimento dos Srs. Deputados Mário Freitas, Fernando Dutra e Mário Silveira sobre "Montagem da Bomba de Combustível na Piedade" (Pico).

Da mesma Secretaria, resposta a requerimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro sobre "Produção animal de Gado Bovino no Faial".

- Finalmente resposta a um requerimento do Sr. Deputado Frederico Maciel, pela Secretaria Regional da Administração Pública sobre "A importância da existência de Delegado do Governo nas Ilhas da Região".

Estes textos serão transmitidos directamente aos Srs. Deputados interessados, por fotocópia.

Nada mais temos em termos de expediente e informação.

Dou a palavra, de imediato, ao Sr. Deputado Fernando Monteiro para uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Intitulei a minha intervenção, Antes da Ordem do Dia, sobre a nobre sigla "Função Pública nas Ruas da Amargura".

Chegou o ano da crise, o tempo das vacas gordas foi-se!

A hora do apertar o cinto chegou sem esperarmos.

Vários políticos conscientes e mais destemidos tentaram dizer a verdade mas foram caindo como castelos de areia. Chegou um porém, mais tecnocrata ou menos político que deu grito de guerra: combate à bancarrota, enquanto é tempo.

Hoje mais do que nunca dizer a verdade, sobre o nosso processo inflaccionário e sobre a nossa crise financeira, é um dever.

Não aceito e nunca aceitarei a política como a arte "do que parece é" mas sim a arte de bem governar um povo em verdade e com a maior participação e compromisso de todos.

Isto só se poderá fazer em amplo diálogo.

Para um amplo diálogo, os meios de comunicação social deveriam ter muito mais salutar acção em ordem a aglutinar as partes para que a opinião pública seja de facto a plena maioria, gerada na transparência e na participação.

Com este comportamento, iniciado desde a primeira hora, talvez não fossemos tão inopinada e bruscamente assaltados por verdades amargas como a que o Ministro João Salgueiro anunciou e vai cumprir.

A dialéctica financeira que temos assistido na Região vai apanhar o povo açoriano despercebido e impreparado para uma reacção condigna.

A culpa da crise financeira pode não ser dos governantes regionais e/ou dos mandatários parlamentares mas as consequências vão recair só sobre nós porque não começamos a transparecer a verdade.

Está-se a produzir pouco na Região, somos unânimes, creio.

Está-se a produzir mal na Região.

Não se está a produzir o que se deve produzir na Região.

O ordenamento produtivo não poderá ser mais adiado.

A produtividade do trabalho não poderá ser mais descuidada.

A qualidade não poderá ser descurada por mais tempo.

A austeridade na função pública tem que ser exigida, ao governante e aos técnicos, aos administrativos e aos auxiliares, mas só a produtividade é que salvará a crise regional.

A nossa própria e não a importada, a dos outros não me interessa.

Temos que produzir, nós mesmos, o dobro,

para recebermos o dobro, de bens e serviços, para vivermos no dobro do bem estar que desejamos.

Só com produtividade é que é possível multiplicar o nosso bem estar.

Mas produtividade tem os seus aliados: a disciplina, a selectividade e o incentivo.

A disciplina produtiva não existe a nível do aparelho do Estado e menos da administração regional. Há que revê-la, racionalizando-a.

Todos nós temos que trabalhar mais e melhor. Só se pode fazer justiça social quando há riqueza para distribuir pelo trabalho e pelos que já trabalharam.

A selectividade produtiva impõe-se quer a nível do que se pretende consumir e exportar quer também pelos serviços que se pretendem prestar a outros.

A produtividade beneficia sempre com a melhoria da orientação profissional e da planificação da produção.

Racionalizar a função pública também é incutir em cada trabalhador a vontade de produzir muito mais com o mesmo esforço e de integrar no produto o melhor de si mesmo. Assim se faz qualidade, se houver tecnologia e vontade. E a vontade faz-se pelo estímulo, pela motivação.

Racionalizar implica modernizar, proporcionar ao funcionário público os meios de trabalho, em ordem à perfeição e à produtividade.

Mas como o agente fundamental da produção e da função, ultrapassados que sejam os handicaps técnicos e profissionais, é o próprio homem, o próprio funcionário, só há uma maneira inteligente de fazer produzir com rendibilidade.

Tal como nos sectores primário e industrial para melhorar a produtividade dos serviços públicos basta disciplinar, exigir e compensar. Numa palavra, incentivar e, repito, motivar.

E só há actualmente uma maneira de incentivar: a justa remuneração do trabalho.

Reportemo-nos concretamente ao funcionário público.

Recordemos as palavras que ainda não fizeram ninho nos nossos ouvidos proferidas há pouco pelo Ministro da Finanças e Plano.

Tiremos as conclusões certas...mas assumamos também e friamente uma posição crítica e não complacente.

Anunciou a revisão do salário da função pública abaixo da taxa de inflacção corrente em cerca de 10% e preconizou a extensão do imposto profissional a todos.

Até concordo com a moralização do sistema de igualização neste complexo mundo do trabalho.

O que não concordo, aliás protesto, é que se queira sangrar mais a débil economia do funcionário público para fazer conter a crise financeira do País e da Região e os erros do seu sistema.

Sei, e todos sabem, que um combate eficaz à inflacção, - chaga dos nossos dias -, seria a congelação dos salários, mas todos sabem também que a justiça salarial não está feita entre nós. Está muito longe disso.

A aplicação do imposto profissional que talvez atingirá os 6% na média do salário da função pública vem reduzir para menos de 10% o real ajustamento salarial.

O custo de vida vai subir 15% de 1981 para 1982, é o único raciocínio que sou capaz de fazer neste momento.

É por isto que protesto em nome dos 12 mil funcionários públicos da Região, mais ou menos.

mas ainda há mais para dizer e na sequência do nosso raciocínio.

Assim a produtividade irá baixar.

A qualidade de serviço irá diminuir.

A curto prazo o endividamento regional ainda será maior pela improdutividade crescente tanbém do funcionário sem estímulo.

O mal estar é o maior inimigo do funcionário público regional.

Em paralelo a componente conhecida por "hierarquia do mando" causará a maior inércia da função pública pela tensão interna provocada pela desmotivação.

Tenho profunda apreensão pelo agravamento do custo de vida dos funcionários públicos da Região.

Tenho muita apreensão pela quebra da sua já patenteada baixa produtividade por razões a ela exógenas.

A Região, ao seu Governo, cabe o papel mais activo, e consequentemente nesta matéria, junto do Governo da República porque deste depende esta problemática. É preciso reconhecer a verdadeira insularidade mesmo no trabalhador da função pública.

Compreende-se e quere-se colaborar na ultrapassagem da crise financeira portuguesa e regional mas não à custa duma maior debilidade da função pública.

Esta será a principal ou única resultante se não se desbloquear a sua desmotivação.

Mas esta revisão salarial anunciada não vai fazer outra coisa senão desmotivar.

Faz-se a riqueza dum país, é prduzindo com máxima produtividade, qualidade e criatividade.

Antes produzir mais com o mesmo esforço que gastar menos produzindo o mesmo.

Antes redobrarmos o nosso esforço produtivo que criarmos uma recessão de consumos pelo colapso do poder de compra.

É muito mais fácil mandar apertar o cinto, é muito mais difícil pôr o País e a Região a traba-

lhar em ordem ao pleno bem estar de todos os cidadãos.

Lá como cá, temos que trabalhar mais e melhor.

mas o estimulo, esse só poderá vir e ser concretizado pela justa remuneração imediata do funcionário público da Região.

Tenho dito.

Presidente: Não há mais inscrições para intervir neste período pelo que vamos passar de imediato à Ordem do Dia.

Agendado como primeiro ponto, estava a continuação do debate sobre a Proposta do Plano a Médio Prazo.

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Ribeiro.

Deputado José Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Foi distribuído o Plano a Médio Prazo, que abrange o quadriénio de 1981/1984, para estudo, discussão e aprovação por esta Assembleia.

É a primeira vez que o Executivo Regional apresenta um documento desta natureza, dilatado no tempo e nas diversas áreas de actuação.

O mesmo merece toda a nossa admiração e especial atenção, porque para se elaborar um projecto com esta amplitude, onde todas as Secretarias Regionais têm assuntos prioritários inadiáveis, temos de prestar as nossas sinceras homenagens aos seus autores, pelo trabalho de conjunto que nos oferecem agora, sabendo-se que utilizaram apenas os poucos técnicos desta matéria, existentes na Região Açores.

Este trabalho, vale sobretudo pelo seu espírito de conjunto regional, e não por este ou aquele programa de inteiro agrado para todos os sectores da vida açoriana.Entendemos que deve ser assim e, assim foi ele executado. Contudo, dos 52 programas elaborados, com alguns não estamos completamente de acordo na sua globalidade, mas isso não obsta, para que no conjunto não o consideremos um documento válido, sério e aprofundado no tempo e nas prioridades, apenas com raras excepções a tempo de se corrigirem.

A verba inscrita de 21.830.000 contos, parece-nos que para uma época de crise aberta em todo o mundo, reflecte o mais alto interesse na defesa de todos os açorianos, aqui legitimamente representados nesta Assembleia, e distribuídos por três bancadas diferentes, defendendo ideologias também diferentes, vão certamente fazer a sua leitura de harmonia com as suas opções políticas, o que desde já e da nossa parte afirmamos todo o respeito, mas para já, a nossa opinião também é livre, razão porque diremos o que pensamos.

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados:

Somos e queremos continuar a ser um povo livre, a trabalhar numa Região com Governo próprio e também livre, onde existem princípios e costumes muito nossos, também com uma cultura muito especial e um modo de ver e sentir as coisas numa base de moral, o qual vem temperado pela insularidade e repartido por nove ilhas, onde o mar tanto é laço de união como pode ser de separação. É por isso que o Governo tem de continuar uma política harmoniosa e consciente, para sermos de facto uma Região cada vez mais una e açoriana.

Julgamos ter sido a pensar nestes e noutros objectivos, que o Governo preparou e apresentou o Plano a Médio Prazo, agora em discussão nesta Assembleia. Depois de havermos afirmado que concordamos com o mesmo Plano na generalidade, para o qual deixamos o nosso voto de apoio, vamos referir o que pensamos do mesmo na especialidade.

Começando pela Secretaria da Educação e Cultura, que apresenta seis programas variados para o campo do ensino e da cultura, tudo numa continuação de um trabalho atento às necessidades mais prementes, e com vista ao desenvolvimento da escolaridade e da cultura, a todos os níveis e para todas as idades.

No campo da instrução, desde a primária à universitária, verifica-se um esforço redobrado, para se acabar com o analfabetismo nos Açores, e lançar a nossa juventude no campo universitário, com vista a obterem médias mais elevadas e conducentes com o nosso modo de ser e de viver: trabalhar com dignidade sem nunca esquecer o ensino e a cultura, como meio de maior dignificação humana.

No campo da cultura, onde a defesa do nosso património artístico, bem como o apoio às instituições culturais, são duas metas a destacar entre as outras todas de muito interesse para os açorianos, que do nosso ponto de vista merecem apoio e concordância, por sabermos que de momento é impossível ir-se mais além.

Cabe aqui afirmar, que a Ilha de São Jorge espera e continua a reivindicar abertamente, a instituição da sua casa de cultura etnográfica, a única Ilha da Região ainda não definida neste campo, apenas com promessas e acenos de boa vontade, umas vezes não concretizadas por falta de edifício próprio, e agora com oferta de edifícios a mais. Esperamos e esperam todos, que chegou a altura de se arrancar definitivamente com a casa etonográfica, deixando para trás as meras hipóteses para se entrar no campo das realidades.

No referente à saúde gostaria que a

referência feita no Plano a Médio Prazo, ao projectado centro de saúde da Calheta, fosse mais positiva e confirmativa, pois a indicação de pretende-se em 1983 arrancar, nos parece vaga e indefenida. Isto é, que a alusão fosse realizada inteiramente na afirmativa: vai arrancar em 1983, em vez de "pretende-se", porque assim, existe um compromisso e uma responsabilidade muito condicionada a diversas interpretações.

No referente ao campo da segurança social, verifica-se mais uma vez, que numa ilha com 65 quilómetros de comprimento, o apoio à infância e à terceira idade se concentra num extremo da ilha, nas Velas, quando o outro extremo, onde o Topo e Santo Antão, continuam sem qualquer apoio, ao contrário do que acontece em São Miguel. Terceira, Faial, e até no Pico, onde esse apoio se alarga pelos diversos concelhos e até freguesias. São Jorge continua a reivindicar algo nesse sentido para o Concelho da Calheta.

No campo da habitação social, diremos que não temos grandes objecções a fazer sobre os programas apresentados, por nos parecerem que eles foram elaborados de forma a contemplar todos por igual.

O mesmo diremos para os programas da protecção civil, que se apresentam no seu todo de forma equilibrada e realista, contemplando, de um modo geral, as necessidades mais prementes de cada uma das ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Cabe-nos agora falar da Secretaria da Agricultura e Pescas, que nos aparece pela primeira vez, bem dimensionada no tempo e em todo o espaço açoriano, de forma a merecer a nossa total concordância e apoio, por acharmos que o estudo se encontra correcto: por exemplo: o fomento forrageiro aparece-nos para São Jorge numa dinâmica nunca dantes verificada, o mesmo acontecendo com a florestação de baldios e escarpas, assim como a abertura de caminhos de penetração e os arroteamentos de baldios.

Em contrapartida, São Jorge toma uma dimensão bastante diminuta, aliás certíssima, como seja a cultura da batata de semente, fomento cerealífero e de fruticultura, reconversão da vitivinicultura, fomento apícola, desenvolvimento agrícola e florícola. Nada mais lógico e certo que tomar medidas atinentes para cada ilha. São Jorge está vocacionado para a agropecuária e fomento florestal, não deve estar a perder dinheiro e tempo, em actividade lucrativas para outras ilhas. Assim o entendemos e assim o apoiamos.

No campo das pescas acreditamos e esperamos que as recentes medidas tomadas e outras a tomar, serão a base para o arranque definitivo, para que os Açores aproveitem os seus mares com barcos da Região, de forma que se crie trabalho e riqueza.

Quanto ao sector complicado da indústria, que todos desejam mas ninguém acarreta com as pesadas responsabilidades, assim como da energia diversificada e do comércio, nada de momento nos oferece dizer, para além de estarmos de acordo com o agora programado.

No capítulo do turismo, desejamos afirmar que gostaríamos de ver a residencial das Velas concluída, nos prazos anteriormente acordados e referidos no Plano agora em causa, para que a ilha das lindas Fajãs e dos panoramos raros e belos, possa ser melhor e mais observada, quer por nacionais, quer por estrangeiros, porque São Jorge mesmo pequeno, tem muito para divulgar, mesmo para além da ameijoas, do queijo e dos inhames.

No sector das estradas regionais, queremos dei ar aqui a nossa concordância absoluta, com os trabalhos de melhoramento e realização programados, quer na Achada da Ilha Terceira, quer da Ribeira Grande e Nordeste em São Miguel, por umas e outras constituirem um eixo de desenvolvimento, para um transporte mais rápido e mais seguro, tanto para bens como para mercadorias e pessoas.

No referente a São Jorge, lamentamos não ter sido incluído neste vasto leque de obras, a estrada a ligar as freguesias das Manadas á da Urzelina, deixando os grandes declives e seguindo junto á Serra por uma encosta suave, que terá grande poupança de viaturas e combustível. Esperamos que o projecto existente para esta obra, seja activado muito em breve, e se outra solução não houver, que seja por administração directa.

No campo das infraestruturas portuárias, vai também todo o nosso apoio para a construção do porto oceânico da Praia da Vitória, do porto em Santa Maria, da Praia da Graciosa, e da Ribeira da Cruz nas Flores, bem como a continuação das obras programadas para a Horta, Ponta Delgada, Graciosa e Ilha do Pico.

Por outro lado, desejamos manifestar toda a nossa mágoa e tristeza, por os portos de Cais das Velas e Calheta, não terem merecido melhor atenção neste vasto Plano de obras, por um e outro merecerem reparações que não poderão esperar por mais tempo nem mais anos. Contudo pensamos que ainda será tempo de serem contemplados, através das verbas inscritas no Plano com o título "Obras de protecção da Orla Marítima".

No referente às estruturas aeroportuárias, apenas dois empreendimentos de vulto se nos apresentam: o aeródromo de São Jorge, que esperamos fique concluído no próximo ano, e

o novo aeroporto de Ponta Delgada, obra de grande vulto, que as forças políticas da Ilha do Arcanjo entenderam devia ter prioridade, e assim também a nossa concordância sem ambiguidades nem rodeios.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo e Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Quanto aos restantes programas inscritos no Plano a Médio Prazo, achamos que eles se enquadram nas linhas traçadas pelo Governo, e por nós já aprovadas. Como uns e outros foram proporcionalmente distribuídos pelas ilhas mais carecidas, apenas diremos que estamos de acordo.

Com os reparos próprios de quem sente responsabilidade, bem como com a esperança e a fé que sempre nos acompanha e guia, damos todo o nosso apoio ao Plano de Médio Prazo de 1981/1984, porque também sabemos que as críticas aqui postas com toda a frontalidade e sinceridade, vão ser tidas em conta a bem da unidade açoriana, como já ontem aqui foram repetidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Daniel de Sá.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em princípio confesso que talvez não tenha compreendido bem o sector que já se vai enaltecendo do Plano talvez por deficiência minha por não ter conseguido compreender o enredo total do tão grosso volume e adianto as minhas ideias, aliás num documento de quase 400 páginas úteis que, se escrito a três espaços em vez de somente a dois, teria muitas mais, e no qual nos apresenta o Governo o seu Plano de Médio Prazo. Plano seu e do grupo que o suporta, já que a outros não permite o PSD formular uma opinião, o que faz com que cerca de 40% da população não tenha voz, ao menos indirecta, na feitura política dos seus destinos. Que foram ouvidos os parceiros sociais, diz-se. Mas com audição certamente depurada nos escrínios de gabinetes espalhados Açores fora, até ao ponto de ser, certamente, pouco mais que a vontade pessoal e colectiva desse mesmo Governo. E o Plano naceu. E as verbas inscritas dão-lhe um carácter de realismo que, no entanto, parece surgir mais de intenções e desejos do que de um suporte financeiro que não existe. Isto quer dizer que, onde se lê 1.000 contos, por exemplo, bem poderiam estar 500 ou 2.000; isto quer dizer que a soma de tantos milhares poderia ser de mais ou menos milhões sem que a realização deste Plano deixasse de estar em causa, já que só as despesas correntes, com novas Cretas, Estrasburgos e Massacusetts incluídas, esgotam e superam as possibilidades próprias da Região.

Região que se diz ter extraordinárias condições para o turismo; de ser capaz de uma optimização das pastagens; de poder produzir idealmente cereais e primores hortícolas; de ter um viveiro imenso no mar onde o Criador a pôs. Contudo, os défices cescem geometricamente. Será que o Plano não é objectivo nessa análise ou o Governo governa mal? Quando vamos deixar o deslumbramento do belo e do hipotético para encararmos de frente o útil e o provável?

O útil seria, por exemplo, a racionalização das culturas. Mas que esperança ter nisso, quando, por exemplo, a lavoura vai de vento em proa e o ouro branco se aproxima a passos largos, cada vez mais largos, de se tornar um ouro negro, bem diferente dos poços de TULSA ou das areias líbias ou arábicas?

O útil seria desenvolver o Turismo, as Pescas e a Agricultura. Mas os hoteis continuam com fraco índice de ocupação, a frota pesqueira não se renova, e a população agrícola envelhece, sem substitutos, descrente entre a incerteza de ter a quem vender as batatas ou de ganhar o suficiente para a renda da terra, os adubos ou a carne para os seus dias de festa.

Mas detenhamo-nos noutro sector vital. Sector para que julgo não ter o Governo - parte do Governo, entenda-se - a sensibilidade necessária. Isso mesmo se percebe claramente quando, na referência à Educação, cultura e Desporto, o Plano é uma lamentação constante da exiguidade das verbas que lhe são destinadas. Enquanto não se entender a importância de se ser culto, educado e são, não se será capaz de perceber, portanto, qual é a base essencial do progresso de um povo. E dá-se razão implícita a quem disse que um povo culto é um povo infeliz. Eu diria antes que um povo culto é um povo que tem consciência da sua infelicidade e, portanto, é susceptível de lutar contra ela. Será que o Governo, ou parte dele, teme essa consciência e prefere governar um povo menos consciente?

E que, embora relativamente á Educação, Cultura e Desporto, o Plano seja quase exaustivo quanto ao reconhecimento das deficiências, já o mesmo não se poderá dizer acerca dos meios de solução.

Refiro, em especial, alguns pontos. As Escolas do Magistério Primário. Está em crise a sua frequência, está em crise a sua definição. O número de professores desce no Arquipélago e fala-se em incentivar o interesse pela profissão. Não se diz como, mas espero que não com o recurso aos regentes, a quem entretanto, presto homenagem pelo sacrifício daqueles que, no passado, o foram, e a quem devo três anos de instrução primária.

Fala-se em aumentar a escolaridade obrigatória para nove anos. Ora, se o Plano é de Médio Prazo, é possível esta concretização

no período a que ele respeita? E, se não é, por que se a refere? Há que pensar que essa tímida intenção pressupõe mais escolas, mais professores, mais meios técnicos e, até, a necessidade moral de compensar, nas famílias pobres, a perda do trabalho, infelizmente preciso, dos seus filhos adolescentes, que assim terão mais três anos de um indiscutivelmente útil prosseguimento de estudos.

Da Educação Permanente fala-se e diz-se alguma coisa, mas julgo vagas as soluções apontadas. Será que a autonomia ainda não dá - ou já não dá ... - para que nos antecipemos ao Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos?

Quanto à Cultura: onde não há dinheiro quase não há material de Cultura. Infelizmente. E não há dinheiro. Um exemplo de se o poupar: onde se diz "Propor e apoiar a criação de programas especiais de defesa e promoção culturais na TV" teria de pôr-se, antes ou em paralelo "Suprimir da TV os seus programas **aculturais**". E a Rádio? Não terá nada a fazer pela Cultura ou já faz tudo o que lhe deve ser exigido?

No Desporto, temos uns rapazes que correm e outros que jogam à bola. E equipas regionais a gastarem milhares de contos com futebolistas que até são, em alguns casos, estranhos à Região e ao País. E esqueceu-se que o Desporto, que não impõe limites de idade, começa com os mais novos, não se os ajudou muito, não se gastou muito com eles, não se prevê muito para eles. O nosso Desporto é, sobretudo, ver e ouvir, saber tempos e resultados.

Mas temos o estádio de Ponta Delgada! Creio que apenas com três espectadores no último jogo lá realizado, mas com uma relva linda que precisa, depois de cada desafio, de 15 dias de convalescença. Bom exemplo da nossa desorganizada mania ~~das~~ grandezas. Bom exemplo para ilustrar erros que convém evitar e para pensar que, se houve dinheiro para tanto, talvez se o arranje para coisas mais necessárias. Oxalá que assim seja, já que ainda não foi.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora palavra ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está a ser julgado por esta magna Assembleia, o Plano a Médio Prazo que, feito por homens, e limitado por esse facto, não é, um documento perfeito, uma obra prima acabada, intocável por qualquer mortal. É, no entanto, o Plano possível, exequível, feito à medida das nossas disponibilidades e condicionado pelos factores exógenos que também nos tocam, porque, vulneráveis como ilhas, os Açores não são capazes de se subtrairem à maior crise económica dos últimos 25 anos que a Europa e o mundo industrializado atravessam.

Uma Região onde os custos derivados da sua geografia são nove vezes maiories do que qualquer área comparada, impõe, num período como o presente, sacrifício, trabalho, creatividade e cooperação, condições indispensáveis para prosseguir o desenvolvimento dos Açores. A hora é, mais do que nunca, de verdade e de reflexão, cabendo esta responsabilidade não só ao governo, mas a todos os que têm responsabilidades políticas.

Com verdade e realismo o Governo apontou entre outros como grandes objectivos do Plano a Médio Prazo, os de modernizar a economia; aproveitar integralmente os recursos disponíveis e empenhar sempre que possível todas as entidades na concretização dos objectivos do desenvolvimento, dentro do princípio humanista subjacente à filosofia política do governo.

Sobressaiem três sectores, quais sejam, o comércio, indústria e energia , que assumem papel relevante no contexto do desenvolvimento.

O comércio, não só por aquilo que ele gera de riqueza através dos serviços remunerados que presta, mas também pelo papel que desempenha junto da comunidade; a indústria, pelo aproveitamento e valorização dos nossos recursos e a energia como motor de todo o desenvolvimento económico e social.

O comércio absorve cerca de 30% da população activa do sector terciário, e caracteriza-se por uma elevada percentagem de pequenas empresas, notoriamente concentradas nas zonas urbanas, existindo neste momento cerca de:

- 2.864 com 1 a 2 empregados
- 1.864 com mais de 2 e menos de 5
- 196 com mais de 5 e menos de 10
- 68 com mais de 10 e menos de 20
- 34 com mais de 20.

Com o aumento do rendimento dos agregados familiares nos últimos anos, cresceu a procura de bens de consumo, duradouros e não, mas a inexistência de infraestruturas de apoio próprias para responder ao crescimento da procura, a saturação progressiva dos meios de transporte, e o desincentivo da iniciativa privada para investir em determinadas estruturas com forte componente social, isto por via da evolução constante da taxa de juro, foram condicionantes do estrangulamento verificado no abastecimento de algumas ilhas da Região, incluindo ainda o custo crescente da manutenção de stocks, com a consequente dimunuição da margem de lucro.

Medidas houve então que o Governo tomou para minimizar os efeitos resultantes de tais

condicionantes, sem que não fossem classificadas como medidas de política dirigista, embora na altura da rotura, ou apontavam a falta ao Governo, ou à porta dele batiam para curar o mal.

O excesso desiquilibra, e, por isso mesmo, entendo que o ponto de equilíbrio deve ser procurado entre o Governo, que tem obrigações e deveres dos quais não abdica, e a própria iniciativa privada, que por ser um factor essencial do desenvolvimento económico, com fins lucrativos, não deixa, também, por isso, de ter uma função social importante a cumprir.

É neste sentido que aponta os objectivos do Governo neste sector, onde, pela primeira vez, apareceu o apoio financeiro ao investimento comercial, e a reestruturação das actividades comerciais rurais, sem esquecer o apoio financeiro aos sobrestocks nalgumas ilhas da Região.

Apontando como modelo de desenvolvimento económico o de economia de mercado, o governo salvaguarda as situações em que entenda, sempre que necessário, tomar medidas que salvaguardem os interesses gerais da população.

Aqui entra-se na matéria de preços, cujos índices têm atingido valores que bem provam os elevados custos do petróleo, a desvalorização do escudo e a valorização das moedas com quem transaccionamos, e que, por regra, é o dóllar.

Somos possuidores de um sistema económico vulnerável, com frequentes situações de oligopólio e, por isso mesmo, entendo que o Governo tem de dispor de meios que lhe permitam acompanhar permanentemente a evolução dos preços e dos rendimentos, através de uma estrutura simples e operativa composta pelos agentes económicos e sindicatos e os próprios Órgãos de Governo.

Prepara-se para o efeito uma proposta de diploma que recolhe agora os pareceres necessários para a sua materialização, e que dentro de dias será presente a esta Assembleia.

Com a assunção progressiva da responsabilidade que a cada entidade pertence no âmbito do comércio interno, entrasse na via da normalidade, através do diálogo, e com o contributo das sugestões válidas que são consideradas, sempre que não colidam com os princípios programáticos do Governo.

Sem sobressaltos lançou-se a estrutura do comércio externo, inexistente até 1976, pois as transacções com o estrangeiro ou não se faziam pura e simplesmente ou eram canalizadas através do Continente.

A balança comercial da Região é deficitária, pois a falta de mercados para a exportação e as necessidades crescentes de importação resultantes da mudança estrutural do aparelho produtivo - a indústria - só por si justifica o déficit, já que só raramente se importa do estrangeiro bens de consumo não duradoiros.

As nossas importações passaram de: 640 mil contos em 1977 para 2,1 milhão de contos em 1980.

O crescimento de 1978 para 1979 deveu-se, fundamentalmente, à importação de bens de equipamento para o sector do frio, e outros, e, bem assim, de matérias primas indispensáveis ao funcionamento normal das indústrias existentes e das que, no entanto, se instalaram.

As exportações, por sua vez, têm crescido significativamente, havendo, no entanto, necessidade de adoptar uma política de incentivo e compensação à exportação que imprima competitividade aos nossos produtos e encontrem mercados como meio de equilíbrio da balança comercial.

A redução do déficit da Balança Comercial da Região assenta fundamentalmente no aumento das exportações e na prossecução da disciplina das importações e recorde-se aqui que em 1980 as nossas importações foram apenas cober em 31,6%.

É assim que o Governo aponta como objectivos até 1984 no comércio interno:

A modernização do comércio, como forma de melhor servir o público e meio de gerar receitas.

A reestruturação do comércio rural, como meio de viabilizar as pequenas unidades comerciais.

A melhoria da distribuição do parque comercial, incentivando a deslocação dos armazéns de atacado, situados no meio urbano, que cria estrangulamentos na circulação de pessoas e veículos e ainda onera sobremaneira os custos finais das mercadorias.

No comércio externo o Governo iniciou já uma política ofensiva no campo das exportações, e pela primeira vez, os produtos de Lacticínios Açorianos são comercializados no estrangeiro, mercê da política de incentivo á exportação que o Governo deliberou.

Até 1984 e como forma de equilibrar a nossa balança comercial, são grandes objectivos:

Melhorar e uniformizar a qualidade dos produtos, tendo em vista o aumento da produção e a exportação para mercados novos e exigentes.

Aumentar as exportações mediante a atribuição das necessárias compensações aos produtos de origem açoriana.

Garantir as importações dos bens necessários ao desenvolvimento e à satisfação das necessidades de consumo.

Controlar a redução do déficit da Balança Comercial, em suma.

Com o apoio programado pelo governo para o comércio, espera-se que entre 1982 e 1984 o sector privado invista mais de um milhão de

contos, como resposta aos objectivos do Governo.

Espera-se ainda que as exportações, atinjam uma taxa de crescimento de 35% em relação ás previsões para 1981.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passando do sector terciário para o secundário, direi que a indústria transformadora é a componente mais importante do sector industrial açoriano, pois contribui com cerca de 11,5% do total de 16%, que o sector representou no PIB Regional em 1977.

Condicionalismos como:

- Carência de matérias primas fora do sector primário;
- Dimensão reduzida do mercado interno;
- Estrangulamento de carácter legislativo, que impediram a penetração de produtos açorianos no mercado continental até 1977;
- Inadequação da rede de transportes;
- Insuficiência no abastecimento de água e energia;
- A fraca capacidade empresarial orientaram o desenvolvimento industrial essencialmente para a transformação dos produtos vindos da agricultura, pecuária e pescas, que em 1978 representou cerca de 86% do VAB da indústria transformadora regional, verificando-se também aqui, e como no comércio, uma forte concentração dos estabelecimentos industriais, desta feita não nos meios urbanos apenas, mas também nas ilhas de maior densidade populacional.

A situação tende a modificar-se, e espera o Governo que a legislação sobre os apoios financeiros a apresentar à Assembleia Regional seja também um elemento importante no desenvolvimento harmónico de todas as parcelas da Região, tendo em conta as suas próprias aptidões.

O P.M.P. aponta como objectivos no sector industrial também a modernização e racionalização do sector, a diversificação, a melhoria na distribuição espacial do seu parque industrial e imprimir ao mesmo tempo, a competitividade necessária ao sector, tudo isto como meio de relançamento do nosso aparelho produtivo industrial.

É aqui que ressaltam as linhas de orientação, que convergem:

- Na criação dos Parques Industriais;
- Na modernização de algumas unidades industriais e na reconversão doutras.
- Na formação e assistência técnica;
- No apoio á criação ou recuperação de pequenas unidades essenciais ao desenvolvimento, das parcelas mais carecidas da Região.

É evidente que o planeamento industrial fora dos sectores básicos é meramente indicativo e o Governo pretende implementá-lo através dos programas de apoio á iniciativa privada, ficando a esta a opção livre de os utilizar ou não. Mas, uma vez que os utilize, sem dúvida que tem de sujeitar-se às regras subjacentes ao enquadramento dos apoios financeiros que o Estado coloca à disposição dos interessados.

No que compete ao sector público, e a par dos apoios financeiros, põe o Governo grande empenho, na execução dos parques industriais, pois serão infraestruturas de apoio importantes ao desenvolvimento industrial, esperando-se que nos primeiros dias de 1982 se iniciem as obras de construção. Este projecto, apesar de não contestado na sua essência, algumas entidades colocaram reservas quanto aos objectivos, pois entendiam que se ia longe demais na racionalização dos serviços comuns, cuja administração eventualmente dependeria da ERPI.

Julgo importante aqui referir, que se na verdade as entidades instaladas a isso se propusessem, não haverá qualquer obstáculo, e seria da nossa parte a prova do avanço feito no campo associativo, quebrando as barreiras do individualismo, quantas vezes noeivo ao desenvolvimento social e económico.

Seguindo a linha de apoio ao Fomento Industrial previsto no Decreto Regional 26/79/A, o P.M.P. dá redobrada atenção a este capítulo, aumentando substancialmente o montante global das verbas. A legislação que se vai seguir, melhorará as disposições em vigor, considerando as zonas carecidas de investimento, e por vezes a superioridade dos custos das infraestruturas, derivadas da insuficiência de mão de obra, dispersão dos aglomerados populacionais e a fraca densidade demográfica.

Não se esperam sem dúvida milagres com os programas de apoio financeiro previstos no P.M.P., pois a resposta depende de cada comunidade e de cada cidadão.

O Governo fará apenas o que lhe compete, e aí não poupará esforços mas não irá além da linha que lhe delimita o campo de acção, apontado no programa do Governo e reforçado agora neste Plano.

Com as medidas de apoio ao fomento industrial, o Governo espera que até 1984, se projecte um investimento privado superior a 5 milhões de contos, pois em 1981 a intenção demonstrada de investimento, parte dele já realizado, e cujo apoio foi requerido ao abrigo do Decreto Regional 26/79/A, ascende aos 700 mil contos.

Não se descurou o artesanato, o qual tem merecido apoio do Governo, e serão igualmente criadas condições económicas e financeiras não só para a sua sobrevivência, mas ainda para o seu fomento, como meio de salvaguarda da arte

e cultura açoriana e forma de rendimento e ocupação de alguns agregados familiares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para que os programas de apoio ao desenvolvimento que o Governo propõe neste Plano, atinjam plenamente os seus objectivos, implicam:

- Ponderação nos investimentos;
- Poupança nos gastos gerais;
- Aumento da produtividade e investimento das poupanças dos rendimentos no sector produtivo empresarial, desviando-os do consumo improdutivo.

Mas para investir necessitamos de saber com que meios energéticos contamos, pois a baixa capitação do consumo bruto de energia, a forte dependência do petróleo como fonte de energia, elevadíssimos encargos de exploração, no subsector da electricidade, derivados não só da dimensão mas também da dispersão dos centros produtores e o elevado número de entidades exploradoras, são e têm sido até aqui, grandes obstáculos ao nosso desenvolvimento.

O consumo bruto de energia na Região em 1979 cifrou-se em cerca de 104 mil toneladas equivalente de petróleo.

A nossa estrutura do consumo bruto de energia distribuia-se em 1978 com uma produção hidroeléctrica de 4%, biomass de 14,4% e de petróleo 81,6%, com um coeficiente de perdas na ordem dos 21,3%.

O subsector de electricidade, pelas suas características específicas merece uma referência especial neste programa.

À evolução dos consumos, não obstante a ocorrência de saturações cíclicas do sistema electroprodutor, tem vindo a processar-se a um ritmo verdadeiramente elevado. A taxa cumulativa média anual de crescimento do consumo bruto de electricidade, de 1973 a 1978 foi de cerca de 11,5% e em 1980 cerca de 12%.

O consumo bruto de electricidade em 1978 foi de cerca de 115GWh, o que corresponde a uma capitação ainda baixa relativamente ao conjunto do país, que por sua vez se encontra bastante abaixo da capitação média da Europa.

A predominância térmica que se verifica na produção de energia eléctrica é bastante acentuada - cerca de 86% - e tem vindo a agravar-se nos últimos anos como reflexo da expansão do sistema electroprodutor ter sido feita, exclusivamente, á custa da potência térmica clássica.

As previsões da evolução dos consumos de energia apontam para um consumo final de 122 milhares de toneladas de petróleo em 1984, com uma estrutura que indica que o sector industrial abrangerá cerca de 21,9%, os transportes cerca de 47,5% desse consumo e os consumos RES/COM/SP, 30,6%.

Verifica-se, assim, que, no período que nos separa de 1984, ainda se assistirá a um agravamento da nossa dependência energética em virtude de só depois daquele ano se prever o arranque, quer da central geotérmica da Ribeira Grande, quer dos aproveitamento hidroeléctricos que já se encontram em estudo e em fase de arranque.

A satisfação dos consumos da energia deverá assim processar-se, ainda, à custa dos derivados do petróleo até 1984.

Assistirem-se segundo as previsões estabelecidas, a um peso relativo desse produto, quer do gasóleo, quer do fuel, o que, além do mais, reflecte a fraca incidência que as energias renováveis até 1984 terão ainda no nosso contexto energético.

No subsector da electricidade, as previsões estabelecidas apontam para incrementos anuais do consumo de 11,5%, no período que nos separa de 1984, o que leva a um consumo bruto de 220GWh naquele ano, ou seja 36,5% do consumo bruto global da energia na Região.

Prevêem-se evoluções mais aceleradas nas ilhas menos desenvolvidas, sendo a mais elevada taxa a prevista para a ilha do Pico (34%), que se encontra entre as ilhas de mais baixa capitação do consumo bruto de electricidade e onde é presentemente mais fraco o grau de cobertura por rede eléctrica (44,5% em 1978).

Já se referiu, em termos absolutos, que a componente do petróleo duplicará entre 1978 e 1984.

Temos assim, uma vez feita a caracterização do sector energético, os grandes objectivos que, o Governo aponta para o Plano a Médio prazo e que são em suma:

- Criar as condições para atenuar a nossa dependência energética do exterior, designadamente no que se refere ao petróleo;
- Promover a reestruturação do sector eléctrico do Arquipélago, em ordem a conferir-lhe as características de grande infraestrutura económica através da constituição da Empresa de Electricidade dos Açores, que deverá alargar progressivamente a sua acção a todo o território Regional a partir de janeiro de 1982.

E também, dando um pouco de suporte à dúvida que levantou ontem aqui o Sr. Deputado Roberto Amaral, devo dizer que no campo das empresas públicas, sobretudo aquelas que dependem da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, prepara-se, neste momento os contratos-programa com estas empresas a celebrar entre elas e o Governo e que se espera que em Janeiro de 1982 seja assinado o primeiro deles entre o Governo e a Empresa de Electricidade dos Açores.

Por isso mesmo, como grandes linhas de

política energética apontam-se:

- O desenvolvimento dos recursos energéticos regionais, designadamente os geotérmicos e os hídricos;

- A implementação de uma política de preços coerente com os objectivos do Plano energético;

- O prosseguimento da experimentação de novas fontes de energia, designadamente solar, eólica e biomass.

O plano energético do Governo prevê, assim, uma atenção especial para o desenvolvimento das novas fontes de energia, estando em marcha alguns projectos concretos, sendo os mais importantes, o geotérmico e o aproveitamento integral dos recursos hídricos.

No que respeita aos aproveitamentos hidroeléctricos, o Governo já aprovou a execução do aproveitamento hidroeléctrico do escalão de Foz da Ribeira Quente e dos Vales da Povoação e Faial da Terra, cuja potência é de 0,8 MW e 12 GWh e 10 MW o que corresponde a 11.16 GWh respectivamente, sendo o montante do investimento da ordem global dos 710.000 contos.

Prosseguem os estudos para o aproveitamento dos recursos da Lagoa do Paúl e aguardava a deslocação a S. Jorge de uma equipe técnica que irá "in loco" avaliar da possibilidade de alterar o projecto da Caldeira de Santo Cristo, uma vez que ficou inexequível depois da crise sísmica do dia 1 de Janeiro de 1980.

Quanto ao projecto geotérmico dos Açores, ele desenvolve-se em três frentes: S. Miguel, Terceira, Faial/Pico.

No que respeita ao de S. Miguel, dá-se execução aos estudos de exequibilidade de implantação da central geotérmica industrial da Ribeira Grande, que têm como objectivos:

a) A determinação do potencial do campo geotérmico daquela área;

b) A localização, programa de "drilling" e de completamento dos poços de produção;

c) O ante-projecto e avaliação económica e financeira da Central Geotérmica da Ribeira Grande, incluindo: o desenvolvimento do campo geotérmico; a central e instalações periféricas e a interligação à rede eléctrica de S. Miguel.

Os estudos estarão terminados, esperamos nós, dentro de um ano, passando-se depois á fase que melhor for aconselhada, tendo sempre como objectivo a instalção da Central Geotérmica Industrial em fins de 1984, princípios de 1985.

Com vista a implementar o projecto geotérmico da Terceira, onde alguns trabalhos de prospecção geotérmica foram desenvolvidos, nomeadamente a execução em 1978, de nove sondagens termométricas curtas, decidiu o Governo Regional proceder à adjudicação pública e internacional, com vista á escolha de uma empresa a quem fossem cometidos os estudos de reconhecimento e pré-exequibilidade, que marcam o arranque decisivo do projecto. Assim, em Setembro de 1980, o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, firmou o contrato com o consórcio Nipo-Neozelandês, eleito para a realização do estudo de pré-exequibilidade do Projecto Geotérmico da Terceira, compreendendo duas fases.

A primeira consistia numa prospecção geológica e hidrogeoquímica e a segunda a prospecção geofísica (com métodos de magneto-telúrica gravimetria e resistividade).

Neste momento decorrem os trabalhos da 2ª fase esperando-se que o relatório final da síntese dos trabalhos esteja concluído dentro de 6 meses.

Com o mesmo objectivo, foi aberto concurso público internacional, visando arrancar com o projecto geotérmico do Pico/Faial.

Em Janeiro deste ano foi assinado contrato com a firma Francesa Bureau de Recherches Geologiques et Minières, o contrato de prospecção geotérmica daquelas duas ilhas, está a seguir os princípios estabelecidos nesse contrato.

Está já conluída a primeira fase, decorrendo, a partir do primeiro de Dezembro, os trabalhos da segunda fase que devem terminar dentro de 10 meses.

Espera o Governo, em 1985, cobrir 30% das necessidades eléctricas de energia hídrica e iniciar o arranque de uma central industrial geotérmica que se calcula entre os 15 a 20 MW, de potência.

O investimento global para 1981 a 1984, atinge no sector de energia os 3 milhões de contos aproximadamente com uma comparticipação do Estado em 50%, o que comprova bem o empenho que o Governo põe neste sector como motor do desenvolvimento da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas actuais circunstâncias e ao terminar esta minha intervenção, julgo que é imperiosa uma concertação entre todos os agentes económicos, apoiada num protagonismo inteligente da administração pública, para que os Açores se situem na senda do crescimento razoável.

Diálogo e negociação são elementos essenciais para assegurar as bases de um crescimento que ao permitir medernizar e reestruturar a nossa economia, construa a sociedade do futuro sem descorar a sociedade do presente.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários, Srs. Deputados:

Sem dúvida que se revesta da maior importância, para o futuro da Região e para o bem estar das populações que queremos servir, a discussão e votação do Plano a Médio Prazo que foi presente a esta Câmara pelo Governo

Regional.

Temos perfeita consciência das dificuldades do momento presente, e das que de futuro nos irão surgir, já que as crises Nacional e Internacional são por todos reconhecidas, menos por uns quantos que insistem em imputar responsabilidades, que sobretudo lhes cabem, a quem agora legítima e honestamente procura resolvê-las.

Obviamente que, pelo seu carácter periférico, pela sua dimensão, pela descontinuidade geográfica em relação ao continente, pela sua própria descontinuidade geográfica e abandono a que foi votada durante tantos anos, a Região não deixará de sentir os inevitáveis efeitos da situação presente. Somos pequenos e pobres e por isso sentimos com particular intensidade as crises que vamos atravessando, mas não seremos menos corajosos e trabalhadores para as sabermos vencer. Disso mesmo já demos prova em tempos passados, fá-lo-emos agora e sempre que necessário, de acordo com a ideologia Social-Democrata que professamos e com os princípios da Autonomia Regional que defendemos.

Julgo serem estes considerando importantes, naturalmente subjacentes á feitura, e a ter em conta na apreciação dos documentos em causa, e de outros que da mesma natureza de futuro nos sejam sujeitos para idêntico tratamento.

Contudo, se dificuldades existem que impossibilitam, por carência de meios, a execução de todos os investimentos que o governo desejaria levar a cabo, haverá então que afectar, na circunstância presente, justa e criteriosamente os recursos disponíveis por forma a prosseguir o desenvolvimento harmónico que iniciámos e queremos ver continuado.

É-nos grato constatar que na metodologia e modelo de desenvolvimento do Plano a Médio Prazo, se refere que a prudência que deve presidir à aplicação de recursos materiais escassos impõe que se reconheça a necessidade de o processo de desenvolvimento regional estar implantado em cada uma das ilhas, de acordo com as suas potencialidades próprias. Naturalmente que daqui resulta, e conforme se salienta no mesmo capítulo, a necessidade do exame atento da situação real de cada uma das ilhas e a obrigação de um conhecimento profundo de todas e de cada uma delas. É dentro deste contexto, expresso claramente no P.M.P. e com base no entendimento que sendo Deputados Regionais somos necessariamente os deputados do círculo, porque fomos eleitos, para aqui transmitirmos e pugnarmos pelos interesses das respectivas populações, que julgamos necessário alertar de novo o governo para certos aspectos que sendo locais, são regionais e já aqui trazidos aquando da discussão do Plano de 81 e da elevação a cidades das Vilas da Ribeira Grande e praia da Vitória, mas que, no entanto, se mantêm sem solução satisfatória na Ilha Terceira. Que fique claro que não pretendemos com isso empolar carências e muito menos acalentar bairrismos estéreis que a nada conduzem, curiosamente agora fomentados por inimigos da autonomia, alguns deles responsáveis no passado pelos destinos dos Açores e que em favor do que hoje tão arrigadamente dizem defender, na altura que podiam nada fizeram para a sua efectivação. Pretendemos, tão só, com o que a seguir expomos, prestar o nosso contributo ao Povo dos Açores, de modo a que sejam atendidas necessidades prementes e inadiáveis, duma parcela desta Região que para além do mais foi altamente afectada pela natureza, não só nos seus aspectos humanos e sócio-culturais mas também materiais.

Pelo que de momento nos é possível conhecer em termos de informação, e pelo que consta da proposta do P.M.P. em apreciação, concluímos que o Governo está agora em condições de avançar rapidamente com a construção do Porto da Praia da Vitória. Por se tratar de uma infraestrutura importantíssima para o nosso futuro, por conhecermos as dificuldades do momento presente e por "não termos os olhos maiores do que a barriga", não desejamos a criação de uma estrutura hiperdimensionada, mas apenas que se faça um porto capaz de servir a Ilha Terceira e a Região em condições satisfatórias e adequadas ao presente e ao futuro que até é capaz de ser próximo. É este o nosso desejo de há muitos anos constantemente manifestado na discussão de anteriores propostas de Plano, e nestes sempre incluído com dotações variáveis. Considerando a incapacidade de resposta do actual Porto de Angra, aliás expressa em números do Plano de 1981, torna-se indispensável a realização urgente desta obra.

Já aqui em intervenções anteriores tivemos oportunidade de alertar o Governo para a situação caótica mesmo desumana que se vive no Bairro da Serra de Santiago, situado nas imediações das instalações do destacamento Americano da Base das Lajes. É do nosso conhecimento que o problema está a ser tratado pelo departamento competente do Governo afirmando-se mesmo no P.M.P. que a recuperação desta área se iniciará no próximo ano com uma dotação global de 90 mil contos. Dado tratar-se de um grave problema social que ao longo dos tempos tem vindo a ser sucessivamente adiado, solicitamos ao Governo o maior empenho na resolução da dramática situação das pessoas que ali vivem.

Entendeu, oportunamente, o Governo Regional pela definição da política áerea, considerar

o Aeroporto das Lages como a "porta" de entrada e saída da Região dos vôos internacionais. Disse-se então que a aerogare existente não reunia como se provou e vem provando, as condições necessárias para que o serviço de terra fosse ali eficazmente prestado. Necessário se tornava, portanto, encontrar uma solução alternativa à existente, capaz de satisfazer as exigências das circunstâncias presentes e futuras. Várias diligências se têm efectuado nesse sentido mas, o facto é que, embora dotada em planos anteriores, a aerogare das Lajes não sofreu senão adaptações mínimas que, em pouco ou mesmo nada melhoraram a sua funcionalidade. Porque é intenção do governo, conforme se diz a pág. 322 do P.M.P., remodelar ou implantar as infraestruturas terminais quer para passageiros, quer para carga, referindo nomeadamente a aerogare civil das Lajes, permito-me também para este projecto, alertar o Executivo da necessidade de ser rapidamente resolvido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

São estes alguns dos problemas que neste momento mais preocupam, justamente, a população da Ilha Terceira e que, esperamos, receberão sem mais delongas a atenção do Governo Regional. todavia não posso deixar de referir ainda o projecto de abastecimento de água Ribeirinha-Cabo da Praia que se reveste de extraordinária importância para uma significativa fracção da população da Ilha Terceira, que há longos anos espera uma solução para o seu aflitivo problema. Gostaria por último de chamar à atenção do Governo para a gravíssima situação da Ilha Terceira, no que toca ao abastecimento de água e luz, verificando-se de momento insuportáveis cortes regulares, de um e outro, que chegam a atingir 8 horas diárias. Fácil é concluir dos transtornos que tal facto ocasiona à vida normal das pessoas, ao funcionamento dos serviços, do comércio, da indústria e aos trabalhos da reconstrução em curso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderá parecer impertinência, da nossa parte, apresentar aqui questões que noutras alturas e na mesma tribuna já tivemos oportunidade de o fazer. Contudo não ficaríamos tranquilos com a nossa consciência, se nesta Assembleia, para a qual fomos eleitos para servir o Povo dos Açores, não abordássemos, mesmo que repetitivamente, alguns dos problemas que nos continuam a afligir.

Sendo certo que a presente proposta do Plano a Médio Prazo nos satisfaz na maioria dos seus programas, deixa-nos contudo apreensivos em relação a outros pela falta de explicitação e fundamentação apropriadas que justifiquem o dispêndio de elevadas dotações previstas. A nossa apreensão reside também no facto, da experiência que temos quanto à execução de planos anteriores no círculo porque fomos eleitos.

Como outro dia alguém, com grandes responsabilidades no Executivo, dizia, é necessário um empenho novo na resolução dos problemas da Terceira. Concordo em absoluto com esta afirmação, acrescentando porém que o empenho desejado começerá pelos próprios terceirenses, que a ele nunca se negaram, e disso é bem prova o trabalho que vêm desenvolvendo, em colaboração com o Governo Regional, nas tarefas da reconstrução.

Conjuntamente, com esforço, com dedicação sem hesitações e finalmente com um empenho novo de governantes e governados, vamos avançar com o processo de desenvolvimento harmónico dos Açores que defendemos, para nosso bem, da Autonomia e da unidade Regional.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para um pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Desejo dirigir o meu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Houve uma defesa que apreciei, defesa a uma ilha, defesa dos interesses da sua ilha, e a defesa do Plano. Não contesto!

Porém fez algumas insinuações e só desejo esclarecer-me na base desta pergunta.

Entende que alguém, nomeadamente eu, é contra, por exemplo a obra do Porto da Praia da Vitória?

Havendo, neste momento, uma grave crise energética na Ilha Terceira e defendendo eu aqui nesta Câmara a necessidade de resolver primeiro os problemas dessa natureza, nomeadamente energia, para implementar outros de ordem mais directa e que afectam bastante a produção e a produtividade do povo, já interpretou alguma vez que eu com esta vontade de ver resolver o problema da energia quisesse esquecer ou pôr em segundo plano o problema da Praia da Vitória?

Foi o que eu percebi do Sr. Deputado quando aludiu às forças inimigas da Autonomia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quando aqui referi forças inimigas da Autonomia não estava propriamente a pensar no Sr. Deputado Fernando Monteiro. O Sr. Deputado é que se sentiu atingido por esta minha referência.

Quanto à pergunta que me faz no sentido

de saber se eu entendo que o Sr. Deputado é contra ou não a construção do porto da Praia, eu penso que o Sr. Deputado é que poderá responder a esta pergunta, uma vez que eu não sei. O Sr. Deputado poderá responder melhor do que eu.

A impressão que tenho acerca disso é que o Sr. Deputado não será contra a construção do Porto da Praia da Vitória suponho que por uma razão de coerência com as suas convicções que aqui tem manifestado de pugnar pelo desenvolvimento regional, e portanto, penso que não será nem contra a construção do Porto da Praia nem contra a implementação de outros sistemas energéticos que aqui sempre o tenho visto defender.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Emílio Porto.

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei triste com a apresentação do Plano de Médio Prazo. Fiquei triste, porque depois dessa apresentação tive a nítida sensação que mergulhava num autêntico vazio. Num vazio de palavras, num vazio de conceitos, num vazio de barafundas, que ainda neste momento tenho dificuldade de interpretar e compreender. Como foi possível que os homens desta terra, que a amam de certeza, que a desejam ver feliz, que têm sobre si o encargo legítimo de serem os prometores do progresso da vida de um povo, tenham enveredado pelo caminho da arrogância e do irrealismo, esquecendo os desejos desse povo, que desde há muito pretende ver concretizados.

Ainda nos recordamos dos primeiros tempos da Autonomia e das afirmações pomposas e de grandeza do PSD, como "pioneiro e único responsável pela construção da Autonomia Regional". Ainda nos recordamos desses tempos, das promessas grandiosas a favor dos povos desta terra, mormente dos mais necessitados, e mormente ainda dos que vivem nas ilhas mais afastadas ou mais pequenas. Nesses tempos a arrogância era outra. Era de "alta" política. Importava o confronto, importava consolidar posições, o dinheiro abundava, os alibis eram de outra ordem.

Mas os tempos mudaram. E parece que os homens também.

Agora a arrogância traduz-se em audácia. Audácia, que não é força, como se afirma. É precipício e estrangulamento. Precipício, porque é apostar em castelos de areia e moinhos de vento; é apostar em omoletes sem ovos. É estrangulamento, porque é tirar àqueles que mais precisariam.

Dá a impressão que os povos destas ilhas são de duas ordens: os de 1ª ordem, que vivem em S. Miguel, Terceira e Faial; os de 2ª ordem, que vivem nas restantes ilhas. Explico melhor.

Por alguma razão se pretende a ampliação do Aeroporto de S. Miguel, a construção do Porto da Praiada Vitória e a construção de uma Marina na Ilha do Faial; por alguma razão se constrói um grandioso Hospital na Horta, se fala já no de S. Miguel e talvez daqui a pouco se fale no da Terceira. Por alguma razão se contemplam estas ilhas com empreendimentos que custam somas vultuosas. Por alguma razão se procura equilibrar estas ilhas. O que se faz numa, terá também de ser feito na outra, senão igual, ao menos parecido. Tal e qual como fazemos a três crianças: teremos de dar três prendas iguais, senão eles começam ás turras.

Não me venham dizer que aqui há realismo, planeamento a sério. O conjunto de tudo isto não é mais do que uma manobra táctica para fugir para fugir às responsabilidades. Uma farsa, que o governo classifica de audácia, mas que eu traduzo por medo. Medo de enfrentar a realidade, que é bem outra, bem diferente. A realidade de que não temos ilhas de 1ª, nem ilhas de 2ª. A realidade de que não temos ilhas iguais, mas sim ilhas diferentes e específicas e com políticas também, diferentes e especificadas.

Não podemos equacionar a realidade destas ilhas a par de preconceitos ou tabús do passado. Temos de olhar para elas a partir daquilo que cada uma pode representar para o futuro, sem receio e sem medo. Com realismo.

Tenho a nítida impressão que neste plano há duas preocupações:

1ª - Contemplar três ilhas, de tal forma que o políticos dessas ilhas fiquem satisfeitos e não levantem problemas;

2ª - Contemplar as restantes com empreendimentos também mais ou menos iguais, mas já sem receio das vozes que nessas ilhas se possam levantar, até porque nessas ilhas o 4º poder é quase nulo.

É neste cenário que se pretende justificar os empreendimentos a levar a cabo nas ilhas de S. Miguel Terceira e Faial. E é assim que se justificam também os aeródromos e portos nas restantes ilhas. Todos têm de ser mais ou menos iguais. Não poderão ser diferentes. Nem se admite que numa dessas ilhas, por exemplo o Pico, se faça um aeroporto de maiores dimensões. Terá de obeceder ao mesmo esquema dos outros.

Devo dizê-lo mais uma vez: sou contra essa política de igualização ou de compensação preferindo a política da diferenciação ou da especificidade. Assim não posso aceitar este grosso volume de 420 páginas. Não posso aceitar porque é irreal e utópico; porque se baseia em preconceitos e tabús; que pretende evitar, mas que ao fim e ao cabo, mais irá agravar ainda; porque carece

de dinheiro para ser posto em prática; enfim, porque sacrifica objectivos mais prioritários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Plano de Médio Prazo revela que existe um fosso enorme entre o Governo e o Povo. Um divórcio assustador que se traduz já no cepticismo que começa a espalhar-se por toda a parte. E a apresentação do Plano foi mais uma vez disso prova. Nada nos foi dito que entre este Plano e o povo, ao qual o mesmo se destina, haja um vínculo, um compromisso de fidelidade. Pelo contrário, foi-nos dito que se tratava apenas dum "instrumento de política económica", cuja aplicação dependerá do que vier. Foi-nos dito mais que "não pode ser um mero catálogo de desejos".

Pois, assim sendo, se não são os desejos do povo que o Governo pretende concretizar, e é apenas um instrumento de política económica, então é porque este Governo se divorciou mesmo daqueles que deve servir. E assim, caímos no vazio, no nada. Para aqui estamos a atirar pedras uns aos outros, por causa dum plano que está no papel, mas que nunca será vida.

Sempre aprendi que a vida gera o Governo. E que este só será verdadeiro Governo, se gerar vida. Se dela se divorciar, será a negação de si mesmo.

Por tudo o que disse. e por mais que podia dizer, não posso aprovar este Plano.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Silva.

Deputado Emanuel Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado, os homens eram identificados principalmente por pertencerem a uma tribo ou a um "clã". Viviam em aldeias ou pequenas cidades, da agricultura e do artesanato, com as suas necessidades reduzidas ao mínimo e encontravam-se unidos por laços de sangue, factores estes determinantes de uma solidariedade total.

Dependiam, pois, em grande medida, da família e da tribo, as suas possibilidades de sobrevivência, a sua cultura e a sua realização.

Daí que se tenha vindo a afirmar que a família é o primeiro pilar que sustém a sociedade.

No actual mundo moderno, com a sua complexa rede de intercomunicações e interesses, as tribos e as famílias foram substituídas por outros grupos humanos, identificados e unidos por interesses profissionais, económicos, sociais, etc.

A subsistência, realização e felicidade de cada homem dependem em grande parte desses grupos, de entre os quais se destaca a empresa, visto que, dela recebe, directa ou indirectamente, os meios necessários para satisfazer as suas necessidades, realizar-se e sustentar a sua família.

Em todos os países desenvolvidos está-se comprovando que, na maioria das famílias, pelo menos um dos seus membros desempenha a sua actividade num grupo formal, e que, quando isto não sucede, a família sofre uma crise que, em alguns casos, se traduz na sua desintegração.

Por aqui se conclui que, tanto a empresa pública, como a empresa privada, são importantes para a subsistência, estabilidade económica e familiar, e felicidade da humanidade. Bem se poderá dizer, pois, que as empresas passaram a constituir o primeiro pilar que sustém a sociedade, económica e socialmente.

Por obra e graça do desenvolvimento das ciências, o mundo progrediu nos últimos cem anos, mais do que em todo o resto da sua existência.

O reconhecimento e a institucionalização de todas as profissões da actividade humana, em forma de pirâmide, tem sido o verdadeiro factor da transformação que levou à existência das modernas sociedades económicas. Sem a institucionalização das profissões não teria sido possível viver hoje em sociedades de bem-estar.

Se se investigassem e analisassem os fenómenos do progresso tecnológico, industrial e comercial, tiraríamos, como conclusão, que o ser humano tem uma capacidade ilimitada para transformar e produzir tudo quanto necessita.

A isto se alia, na sua consequência, a formação pessoal de cada cidadão, ou, de forma mais generalizada, a preparação e valorização dos recursos humanos.

Os recursos humanos constituem um elemento essencial para a promoção do desenvolvimento económico, e a sua valorização é um poderoso factor de estabilidade social.

Estamos, pois, de acordo com aquilo que no Plano a Médio Prazo se diz acerca de recursos humanos, formação profissional e emprego.

Das medidas de política que se pensam implementar no quadriénio, ressaltam duas que consideramos particularmente importantes: o estabelecimento de formas de colaboração entre a Secretaria Regional do Trabalho e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com vista à definição de um orientação escolar virada para a formação profissional; e a criação de um programa que apoie técnica e financeiramente as empresas que criem internamente serviços de formação ou que pretendam empreender acções de formação profissional do seu pessoal.

Por estes dois aspectos, o Plano é inovador. Pensamos que as medidas propostas encerram virtualidades que são de levar à prática, na medida em que não só se justificam, como correspondem às necessidades da Região.

Se desejamos ter um sector empresarial dinâmico e moderno; se quisermos aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho, pondo em prática as novas formas de gestão programada, e não a gerência do quotidiano, temos de encarar com muito rigor as questões que se relacionam com a valorização dos recursos humanos da Região.

Mas, voltando às medidas de política propostas para o sector do trabalho, desejaría aprofundar mais alguns pontos de vista que temos sobre esta matéria.

O panorama actual, em termos de qualidade e formação dos nosos recursos humanos, traduz-se num baixo grau de adequação às nossas necessidades. E se estendermos o conceito de recurso humano a todos os escalões da população activa, incluindo naturalmente a população escolar, verifica-se que, quanto a este último caso, a estrutura do ensino não está virada para a sua formação em termos de acesso a uma profissão. Ou seja, temos um sistema de ensino desfasado, por uma lado das realidade regionais, por outro das necessidades que temos, cada vez mais, de sermos possuidores de quadros laborais, a todos os níveis das actividades económicas, com qualidade, que nos possibilite introduzir melhorias na produção e na qualidade da estrutura produtiva da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao apoio técnico e financeiro que se preconiza para dar às empresas privadas, que pretendam criar serviços próprios de formação dos seus quadros de pessoal ou empreender acções para a sua valorização, não discutimos a sua validade, porque ela é por demais evidente.

A medida proposta, a nosso ver, liga-se perfeitamente áquilo que atrás deixámos dito; ou seja, à concepção moderna do que é um empresa e que se traduz por uma forma de pirâmide dentro da qual existe a corresponsabilidade nas acções da sua gestão. Para tal, há que dar formação aos recursos humanos das empresas, por forma a poder-se praticar uma gestão participada, sabendo-se que esta é o único caminho para o aumento da produtividade e da qualidade dos serviços e produtos das empresas regionais.

Ademais, uma acção concertada e previamente definida na área da formação dos recursos humanos, permitirá modernizar o sector empresarial regional, não só no campo específico da gestão, mas igualmente na estrutura interna de cada empresa, na maximização do aproveitamento das capacidades humanas e profissionais, e na melhoria das relações entre indivíduos, através da utilização de novos conceitos criados no âmbito da sociologia do trabalho.

Aliás, formação profissional e humanização nas relações de trabalho no interior das empresas - aquilo a que se chama Relações Humanas -, são dois aspectos fundamentais na visão de um sector empresarial modermo e socialmente justo.

Por último, e reforçando o meu apoio em tudo o que se refere no Plano em matéria de formação dos recursos humanos - e no mais que neste campo se possa fazer -, gostaria de dizer que tudo o que signifique aperfeiçoamento da estrutura social, começando exactamente pela formação pessoal de cada cidadão, é extremamente importante.

E relembraria, a este propósito, que a base fundamental do desenvolvimento e progresso de qualquer sociedade está, precisamente no aproveitamento planificado e aperfeiçoado dos recursos humanos.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para pedir um esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS):Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Emanuel Silva:

Ouvi e apreciei a maneira como defendeu o Plano a Médio Prazo, porém, houve um ponto que me criou uma certa interrogação.

Pois, quando aludiu ao ensino, afirmou que ele não terminava nequele vector que se desejava, qual era, o de começar a servir a Região, pela intrução quando a Região carece de uma formação profissional, dirigida para o seu desenvolvimento.

Portanto eu perguntaria ao Sr. Deputado o que é que se deveria fazer mais no ensino para torná-lo ainda mais concreto e objectivo em termos de desenvolvimento regional.

Presidente: Tem a palavra para responder o Sr. Deputado Emanuel Silva.

Deputado Emanuel Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado tenho muito prazer em responder-lhe, obviamente, que queria fazer apenas um reparo indrodutório.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que as mudanças políticas ocasionadas a partir do 25 de Abril também provocaram o desaparecimento de uma estrutura escolar que, mal ou bem, vinha servindo o País e que era o chamado Ensino Técnico, que de alguma maneira estava vocacionado para o aparecimento de profissões ou, pelo menos, que lhe dava algumas indicações para um acesso da juventude a uma escolaprofissional.

Hoje tal não existe. Temos um ensino, único e exclusivamente, reduzido a um aspecto humanizante e preparando apenas gente para o acesso à Universidade e não propriamente para o acesso imediato a uma profissão.

Portanto foi exactamente constatando este aspecto, e verificando a necessidade que há

concretamente na Região Autónoma dos Açores de nos preocuparmos muito com a preparação profissional, designadamente, estabelecendo uma ligação entre essa preocupação da preparação profissional e o ensino escolar, com vista a irmos renovando a nossa qualidade de trabalho nos sectores fundamentais, que nós dizemos que são os aspectos basilares da economia açoriana designadamente o sector das Pescas e o sector da Agricultura. Isto não evita que eventualmente nos vanhamos a empenhar, como aliás o Governo tem feito na área da formação profissional sobretudo no campo da construção civil e outras e que não se continue com um empenho nesta área específica, mas penso que para os sectores das pescas e da agricultura é fundamental começarmos a fomentar o ensino virado para estes dois aspectos dos nossos recursos, passa a expressão, mais ou menos naturais.

Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Como é do conhecimento dos presentes nesta Câmara, alguns dos exemplares do P.M.P. 81/84, vieram acompanhados de "erratas". E justificadamente. Pois, nas, oficialmente, 413 páginas deste elentado volume de promessas, boas e rectas intenções e elevado propósito, as gralhas tipográficas fizeram avultados estragos. Desde o já célebre e celebrado piolho que tão incomodamente pousou na sumaríssima página do ambiente deste P.M.P., até às humildes alterações de palavras que tornam ininteligíveis algumas frases.

Mas, para além destas inocente e inofensivas "gralhas" encontram neste P.M.P. muitas outras que nada têm de tipográficas. São antes de carácter político, téncico e científico ou até relevam do senso comum e da verosimilhança.

É de algumas destas últimas que pretendo falar nesta intervenção.

Errata nº1 - Esta primeira errata quase não podia começar antes. E digo quase não podia, por duas razões. Em primeiro lugar, porque diz respeito ao título que encabeça as 413/420 páginas do P.M.P..

Em segundo lugar, porque o título é antecedido da indicação da origem do documento onde figura o adjectivo "autónoma" a caracterizar uma Região que por obra e desgraça deste Governo Regional é cada vez menos Região e menos autónoma. Mas, e voltando ao título, esta 1ª errata diria "onde se lê Plano a Médio Prazo" leia-se: "Programa de Médio Prazo".

Justifico, rápida e exemplificativamente a corrigenda.

Se alguém afirmar que vai comprar um automóvel, uma casa, um televisor, enuncia um propósito em termos de programa. É o equivalente, em termos políticos e colectivos , ao que os partidos fazem ao apresentarem-se ao eleitorado. Enunciam propósitos,objectivos e intenções.

Se alguém afirmar que vai comprar um automóvel por 500 contos contraíndo um empréstimo na banca, continuo a ter somente um programa, embora introduza nele a indicação de uma verba e até a sua origem. Mas se alguém afirmar que vai comprar um automóvel por 500 contos pedidos à banca; e que esse investimento embora representanto um agravamento de tantos por cento no seu orçamento, com ele vai conseguir por exemplo, uma redução de 2 horas diárias no tempo dispendido em transportes e que 50% dessa redução será aproveitada na sua valorização profissional e os restantes em descanso ou em trabalho extraordinário,

Se assim esquematizar esse campo da sua actividade, então e só então, começará a ter-se uma atitude de planificação que poderá ser mais ou menos aprofundada e desenvolvida na totalidade dos seus aspectos e consequências e mais ou menos alargada ao conjunto dos sectores da vida dessa pessoa.

Creio que este exemplo simples evidencia, fácil e claramente o que falta ás 413/420 páginas deste P.M.P. para termos um Plano de Médio Prazo e o reduz a um simples programa. Mas quem desejar fundamentar melhor ainda, esta "errata" poderá facilmente fazê-lo confrontando o programa de Governo aprovado nesta Assembleia em Novembro de 1980 e o P.M.P. agora em discussão. Façamo-lo, por exemplo, para o sector do emprego ontem objecto de uma intervenção interessante, viva e até aparentemente inovadora, do seu responsável governamental.

Leio rapidamente as páginas 46 e 47 do Diário da Assembleia há dias distribuído:

"**Emprego** - No domínio do emprego a situação na Região caracteriza-se por:

- Baixa taxa de desemprego (2,5%), embora com particular predominância de jovens à procura de primeiro emprego sem qualquer especialização específica;

- Carência de mão-de-obra especializada e semi-especializada.

O Governo promoverá a execução do "Programa deEmprego e Formação Profissional para Jovens", de acordo com as seguintes linhas de orientação:

a) Adopção e dinamização de estímulos ao emprego de jovens candidatos a uma primeira colocação;

b) Criação de programas especiais, visando o emprego ou ocupação de jovens, nomeadamente pela celebração de contratos, "emprego-formação" entre o Governo e as empresas interessadas;

c) Desenvolvimento de acções de informação

e orientação profissional;

d) Adopção de incentivos específicos à mobilidade geográfica dos jovens.

Tomar-se-ão ainda as seguintes medidas:

- Reforço das medidas de apoio à manutenção em funcionamento das empresas que, embora em situação económica difícil, sejam susceptíveis de viabilização;

- Revisão e adaptação à nova política de emprego dos critérios de atribuição do subsídio de desemprego;

- Reestruturação dos métodos de recolha das estatísticas de emprego;

- Desenvolvimento de acções relacionadas com a colocação especial;

- Alargamento a outras zonas da Região das acções dos Centros de emprego, pela criação, sempre que se justifique, de núcleos de emprego."

Não será decerto necessário ler aqui o que se encontra a páginas 107 a 113 do P.M.P., pois todos o terão presente. Exactamente a mesma "emenda" servida em 1980 a esta Assembleia e ao Povo Açoriano com o título de programa e agora apresentado com o "rótulo" de plano.

É claro que podemos perguntar se foi o programa de 80 que se transformou em plano ou, antes, se o plano de 81/84 se mantém em simples programa. Não pode haver qualquer hesitação na resposta. Pois o simples facto de à "ementa" servida em 80 sem indicação do preço, se acrescentar o seu custo previsível com o programa 13 do P.M.P., não basta para fazer do que era programa em 80, um Plano em 81.

E o menos que se pode fazer, é pasmar, quando se transforma essa lacuna num princípio básico orientador da planificação do Governo Regional como se verifica a página 16 do P.M.P..

Em conclusão para esta "errata": Aprovar o P.M.P. actual teremos um Governo com dois programas. Um serve para referência ao tempo.Não é para o curto prazo, nem para o médio, nem para o longo. É para a eternidade possivelmente. Outro para o médio prazo. Não será por se esquecer das grandes opções, dos médios programas e dos pequenos projectos que este .Governo não governará. Não será por não repetir em centenas de páginas que "promoverá, incentivará, criará, alargará, reforçará, intensificará" que este Governo não fará tudo isso.

Errata nº2 - A páginas 10 e 11 do P.M.P. onde se lê "confiando no entanto nas suas capacidades de decisão e potencialidades naturais humanas e económicas, a Região enfrenta a crise com confiança, tomando como objectivo essencial, o desenvolvimento económico-social," leia-se "Consciente, por isso mesmo, da sua capacidade de decisão e limitações naturais, humanas e económicas a Região vai enfrentar a crise com fundados receios, tomando como objectivo essencial a estagnação económico-social."

Analisemos cada uma das emendas:

1ª- Incapacidade de decisão substituindo capacidade de decisão.

A incapacidade do Governo Regional para decidir no sentido do desenvolvimento económico-social, está triplamente demonstrada nas linhas anteriores da mesma página 10 do P.M.P. em que se diz: "A situação da economia portuguesa é pois, difícil o que atinge inevitavelmente a ecomonia dos Açores. Em primeiro lugar pelas ligações comerciais que a Região mantém com o Continente onde a crise afecta necessariamente o consumo dos bens açorianos. Em segundo lugar, pelo facto de algumas das variáveis e dos instrumentos de política económica não serem controlados totalmente pelos órgãos de Governo próprio da Região. Em terceiro lugar, pelo financiamento do investimento que enquanto Região não for financeiramente auto-suficiente terá parcialmente origem no exterior.

Julgo a citação cabalmente demonstrativa de que aquilo que no P.M.P. se chama capacidade de decisão o mesmo P.M.P. reconhece não passar de uma aposta optimista e voluntarista que nada fundamenta. É evidente que nada nem ninguém, para nosso mal, pode impedir este Governo de apostar às cegas seja no que for, mesmo desafiando todas as leis da probabilidade. Também pode fazê-lo no totobola, na lotaria ou noutros mais caseiros jogos de azar. Mas transformar o "totobolismo" em sistema de Governo ou em base de planificação económica, não pode deixar de classificar-se de arrojo preocupante e censurável.

Mas, poderá objectar-se, não estará nas possibilidades deste Governo saltar sobre o obstáculo da economia do continente português em recessão? É claro que este sonho não deixa de sorrir às mentes planificadoras do Governo Regional quando põe as cabeças sonhadoras nos voos das grandes opções. E decretam: (cito) "Na devida oportunidade se verá em que medida os Açores poderão voltar a beneficiar na actual conjuntura histórica de condições para continuarem a constituir um traço de união fundamental entre os dois maiores blocos económicos do mundo: América do Norte e Europa".

E, não resistindo à euforia embriagadora do sonho, acrescentam: (cito novamente) "No que diz respeito à América do Norte, a presença dos emigrantes açorianos constitui uma ligação fundamental que importa alargar ao campo económico e comercial". (página 3). Esta é a perspectiva sonhadora, e aliciante, na hora das grandes opções. Mas ao pôr o pé no terreno mais agreste dos programas, o princípio da realidade impõe

outros contornos a este quadro. E obriga a dizer: (pág. 91 do P.M.P.) "Sendo, com excepção da emigração para a Bermuda, uma emigração de reunião familiar e de fixação definitiva , esta caracterísitcas determinam-lhe as aspirações e delimitam-lhe as carências. Donde que a integração, informação, a cultura e a sua própria afirmação como comunidade organizada na terra de acolhimento, constituem as principais preocupações das Comunidades". E mais realistamente ainda se confirma num dos estudos preparatórios do P.M.P. . "Isto leva a economia açoriana a estar sujeita às constantes oscilações dos mercados dos principais parceiros comerciais, para além de enfrentar uma cada vez maior concorrência dos produtos que exporta."

Só faltou acrescentar em jeito televisivo: "Desculpem a curta interrupção para sonhar, a dura realidade do sub-desenvolvimento continua dentro de momentos".

É certo que para além da América do Norte o P.M.P. não se esqueceu de se voltar também para a nova **meca** portuguesa: a europa e a sua C.E.E.. E lá se diz: (pág. 3) "Quanto à Europa, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias poderá constituir um incentivo muito importante ao desenvolvimento e à modernização da economia da Região".

Mas se olharmos aos programas e aos projectos, verificamos facilmente que que se trata apenas de uma atitude ritual ao nível do slogan: "A Europa é grande e a C.E.E. é o seu profeta". Longe de mim a ideia de pretender contestar a força encantatória e incentivadora desse rito ! É uma questão de fé. Basta acreditar para compreender.

2 - Potencialidades naturais emendadas para limitações naturais:

Onde estão estas potencialidades naturais? Na terra? Nos 2.344 Km2 de superfície territorial dos Açores? Mas não é o próprio P.M.P. que não se esquece de realçar o peso deste obstáculo ora falando da pequena disponibilidade de terra e do valor excessivo deste factor de produção. (pág. 14) ora dizendo em tom mais aliteratado "sob o ponto de vista físico caracterizam-se os Açores pelo agro e pelo mar, sem outros recursos naturais e matérias primas que não sejam as daí resultantes".

Será na agro-pecuária que explora o tal agro-açoriano?

O P.M.P. realmente afirma que ela beneficia de condições naturais favoráveis". Mas logo aponta males para os quais omite a indicação do remédio ou os propõe tímidos e parcos, a estrutura da propriedade, o deficiente nível técnico das explorações, os deficientes circuitos de comercialização.

Será no mar e nas pescas que estão as potencialidades? No comércio e na indústria? Na eneregia? No trabalho? No equipamento social? Nos transportes? Mas não é em todos estes domínios que se recorre ao poço sem fundo dos custos da insularidade, o novo "abre-te Sésamo" do Governo Regional? Como podem ser potencialidade na hora de sonhar as grandes opções e custos da insularidade na hora de pagar o preço dos sonhos?

Errata nº3 - Não! Não acrescentarei mais nenhuma errata a este P.M.P.. Deixo-a ao Povo Açoriano que as anotará e as contabilizará no seu dia a dia de 81, 82, 83 e 84.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida, para fazer um protesto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No meu protesto começo por efectivamente dizer que eu tinha resolvido estar nesta Câmara com uma grande tanquilidade e já deixei passar aqui algumas intervenções da oposição que bem acesa crítica teriam merecido, mas julguei que a linguagem se viesse a moderar e que trouxessem para aqui um debate válido e construtivo.

Em vez disso aparecem-nos aqui uma intervenção do Sr. Deputado que no pleno uso do direito da palavra nos pretendeu embriagar com uma divagação mais do que sonhadora que eu repudiu por aquilo que ela contém de jocoso em relação ao documento que é sério; de jocoso em relação a realidades que são sérias, sérias para o povo que nos elegeu, sérias para aquilo que aqui nos trouxe, enfim por aquilo que tem de jocoso, pela maneira leviana, barata e pouco digna como tratou um documento como este que aqui nos trouxe.

Já nos habituaram, aliás, o Sr. Deputado, às suas divagações filosófico-poéticas que nenhum conteúdo tem de planeamento salvo as referências que já disse jocosas em erratas que em seu entender encontrou no Plano que disse ter analisado sob uma perpsectiva surrealista, que bem gostaria de ver passada a quadro que pudesse ornamentar a sua visão divina.

Este protesto eu queria deixá-lo com muito vigor mas também com muita serenidade.

Gostaria também de perguntar o que fez o Sr. Deputado nos Açores?

Por que vive aqui?

Se os nossos 2000 e poucos quilómetros não lhe servem, se 1 milhão de quilómetros de mar que nos rodeiam não são de facto uma potencialidade a explorar, se tudo isto deve ser tratado jocosamente porque se mantém aqui?

O que o traz a esta Câmara? Que contributo útil deu à discussão deste Plano?

Que perspectivas deixou aqui?

Que caminhos é que aponta?

E pergunto mais: a si, ao Partido e ao Grupo Parlamentar que o suporta:

Que os traz a esta Casa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Bem analisado o que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida acaba de afirmar, suponho que o que o irritou foi o tom jocoso, não creio que isto seja ofensivo para quem quer que seja, é uma forma perfeitamente legítima como outra qualquer de abordar um problema. Isto parece-me que basta quanto ao longo discurso feito sobre o tom das minhas palavras.

Quanto às críticas feitas à falta de conteúdo, efectivamente aquilo que eu disse pode resumir-se numa palavra só, em duas ou três, pode resumir-se a uma crítica que me parece válida, se estamos em face de uma autêntica planificação ou não, eu cheguei à conclusão que não estávamos, e suponho que não é nem censurável nem condenável chegar a esta crítica.

O tom dá-se consoante nós o quisermos.

Outra crítica também dizia respeito à impossibilidade de conseguir os resultados do plano dentro dos pressupostos que estão contidos nesse mesmo Plano.

Evidentemente, isso pode ser formulado assim, pode ser de outra forma, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida não gostou da minha forma, e lamento que não tenha gostado. Mas também o que dizia não pretendia dar-lhe nenhum prazer.

Quanto à pequenez e às limitações do meio em que vivemos, não o julgo pequeno para mim, não o julgo peqneno para os habitantes desta Região, mas podem muitos erros repetidos torná-los cada vez mais pequenos, e é isso que se pretendia evitar.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para formular um protesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Habituou-nos o Sr. Deputado Pacheco de Almeida a querer marcar o ritmo, o tom ou o estilo desta sessões parlamentares.

Temos ouvido com muita tolerância as suas apreciações sobre a forma de intervir de cada um dos Deputados e sobre o seu júbilo perante a intervenção de qualquer um que ele sempre e em todas as circunstâncias diz que ainda bem que foi serena.

Nesta Casa cada Deputado tem o direito de utilizar o estilo parlamentar que o Regimento permitir, e só não permite que se pratiquem ofensas nesta Casa, e, por isso, não reconhecemos ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida qualquer direito de impôr à oposição o seu estilo de intervenção.

Este Grupo Parlamentar está totalmente solidário com a forma de intervenção do Deputado Dinísio de Sousa, e se a sua forma de apresentação foi jocosa é porque este programa é mau, é péssimo e o que de facto nos faz lamentar é que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida não tenha rebatido uma, uma sequer das intervenções jocosas do Sr. Deputado Dionísio de Sousa porque têm nível, porque têm estilo e porque sabe dar um tom superior às intervenções parlamentares que faz nesta Casa.

(Bancada do PS: Apoiado! Apoiado!)

Mais digo, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida perca a veleidade de classificar os Deputados das outras bancadas!

Olhe para a sua e classifique-os um por um!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para um contra protesto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Bom, o contra protesto eu dispenso-me de o fazer porque as pessoas que aqui estão ouviram o que se disse, quer por parte do Sr. Deputado Martins Goulart, quer pelo outro Sr. Deputado do PS que o antecedeu.

Não, eu queria era fazer uma perguntas.

Presidente: Ao Sr. Deputado Martins Goulart.

O Orador: Não de modo nenhum.

A intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart é...

Presidente: Ah, portanto, é a continuação dos pedidos de esclarecimento?

O Orador: Sim, são pedidos de esclarecimento...

Presidente: Pronto, tem a palavra para o efeito.

O Orador: (Voz inaudível)

Presidente: Sim Senhor, Está bem, eu percebi mal.

O Orador: Porque penso que me está ainda aberto o Regimento para essa segunda parte.

Eu entendo-a perfeitamente, o estilo é de cada um, continuaremos cada um com o nosso estilo.

Quando o Sr. Deputado nos diz "Europa meca Portuguesa" "CEE meca para Portugal" "CEE questão de fé", eu perguntaria então, e faço-o objectivamente, se a CEE é uma questão de fé para alguém, se a CEE é agora a Meca dos Portugueses e dos Europeus ou, se é pelo contrário um contexto económico-social onde sociedades em desenvolvimento encontraram vias de desenvolvimento comunitário que muito podem aproveitar a países como o nosso numa situação de claro atraso de desenvolvimento.

Isto é uma das questões em que me parece que

tratar jocosamenter uma situação como esta da CEE ou das aspirações justas, mas compatíveis ou não com o nosso estado de desenvolvimento, desta Região e do País entrarem na CEE, pareceu-me, de facto, censurável, mas tenho de aceitar aliás o tom com que cada um intervém.

Entretanto, faço a pergunta concreta de saber se a CEE é uma questão de fé ou deve ser entendida como tal

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa é que vai responder.

"CEE Meca dos Portugueses, Meca dos outros Europeus" ele que explique o que é que entende por esse conceito.

Queria perguntar-lhe quando ele diz que os custos da insularidade são agora o "abre-te Sésamo", se nós estamos aqui numa Assembleia Regional, e portanto numa Região Autónoma dum País, com alguns recursos embora magros, ou se estamos num País independente pendurados rigorosamente nos recursos deste país independente que não somos.

É que quando nós fazemos referência a "custos da insularidade" temos a clara noção que pela bancada do Partido Socialista já foi com grande vigor e entusiasmo defendida através dos tempos, de que este rincão era português de que por ele devia ser distribuída, equitativamente, pelo menos no seu entender que não no meu, aquilo que forem os recursos da Nação.

Portanto quando se aponta para "custos da insularidade" não estamos na atitude da história contada do "abre-te Césamo", estamos sim a abrir uma porta clara e justa de reivindicação coerente de um direito que nos assiste de encontrar, também por aí o financiamento das nossas necessidades.

E deixem-me acrescentar que aquilo que o Sr. Deputado considerou de arrojo consurável do Plano, me parece também merecer uma crítica.

O Plano é, sem dúvida nenhuma objecto e merecedor de muitas críticas e algumas aqui já foram feitas, pertinentes, e muitas mais certamente aqui vão cair porque este documento não é perfeito nem poderia sê-lo, mas também não poderia ser um rol que contemplasse, e o Sr. Deputado sabe isso muito bem, todas as necessidades, do nosso povo.

Devo dizer aqui que por povo não entendo, nos Açores, povo de diversos escalões: 1ª, 2ª e 3ª classe como já hoje foi aqui referido.

O Povo dos Açores tem todo ele as mesmas necessidades, os mesmos direitos e aspirações.

Tem que ser contemplado de maneira justa na obtenção, o mais rápido possível, dessas justas reivindicações.

Presidente: Agradecia que abreviasse realmente os comentários que não têm cabimento regimental.

O Orador: Eu peço desculpa pelos comentários que não tiverem tido cabimento regimental.

Ficam as perguntas e eu espero que o Sr. Deputado possa dar resposta a elas.

Se alguma tiver sido mal formulada, tenho o maior gosto em voltar a pô-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Souca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na mistura de perguntas e comentários é possível que me escape alguma pergunta, em todo o caso continuo a pensar que o que me é censurado é o tom, ou seja, chamar Meca à Europa e é relacionar a CEE com isso.

Evidentemente que eu censurei, e posso continuar a censurar, a forma como a perspectiva da integração Europeia é abordada no Plano que parece imperfeita, insuficiente e não se reflectir efectivamente em nenhum incentivo concreto para a modernização da economia.

Quanto à insularidade, chamei-lhe "poço sem fundo", chamei-lhe "abre-te Césamo", posso continuar a fazê-lo perfeitamente.

Refiro-me apenas aos critérios vagos, imprecisos, imperfeitos da sua quantificação que surgem no Plano, que já foram objecto de perguntas nesta Sala e que não conseguiram ser respondidas.

Portanto o Sr. Deputado continua a confundir desnecessariamente o tom com o conteúdo.

Presidente. O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt já há bocado me tinha pedido a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É para um protesto.

Presidente: Bem, Sr. Deputado eu peço desculpa, mas eu penso que um protesto, a menos que se trate de um caso pessoal teria neste caso pouco cabimento regimental.

As intervenções do Sr. Deputado Pacheco de Almeida já foram realmente objecto de protestos e já desencadearam contra-protestos, tanto por parte do próprio Sr. Deputado que ele interrogara como por parte do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

De maneira que nós não temos usado a prática de todas as pessoas de um Grupo Parlamentar protestarem relativamente ao mesmo assunto.

Desta forma sugeria que usasse outra forma regimental se se trata de qualquer assunto relacionado com este pequeno incidente.

Não creio que efectivamente o protesto tenha cabimento a menos que se trate de um protesto baseado em questões de índole puramente pessoal, porque eu penso que, no que toca ao Grupo Parlamentar, no seu conjunto, já o mesmo teve a sua posição aqui, enfim, defendida com vigor pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente eu não usarei da palavra se assim

a Mesa o entender.

De qualquer forma a interpretação de que a tomada de posição do meu Grupo Parlamentar está complementada, não me parece a mais correcta e uma vez que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida fez um protesto, penso que me subsiste o direito de apresentar um contra-protesto.

Presidente: Eu vou deixar o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tomar a palavra, atendendo a que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida usou da palavra por mais de uma vez e que ao usá-la pela última vez, o fez depois do contra-protesto do Sr. Deputado Martins Goulart.

Fique portanto entendido o carácter perfeitamente individualizado e, neste sentido, excepcional das condições em que nos aprova.

Como os Srs. Deputados sabem para mim nada há de mais penoso do que ter que cortar a palavra seja a quem for, mas há uma ordem que tem que ser seguida, temos uma agenda muito carregada, e por isso pedia aos Srs. Deputados, com respeito pela liberdade de expressão de todos que tomassem isto em consideração.

Vou-lhe dar a palavra para o efeito atentas as circunstâncias muito especiais.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Tomarei isso em consideração, Sr. Presidente e agradeço a sua condescendência.

É só para responder a uma pergunta que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida fez, que não me parece a mais delicada e mesmo sem qualquer carga de educação, que me fez lembrar 1976, quando um Deputado da sua bancada praticamente convidou o Partido Socialista a sair da Assembleia Regional, e traduz-se em 1981 na sua pergunta que registei mais ou menos nos seguintes moldes:

"Que os traz a esta Casa?"

É essa a pergunta que julgo que o Sr. Deputado tem todo o direito de uma resposta e que se traduziria no seguinte:

São cerca de 37% do povo da nossa Região que nos traz a esta Casa e a qual temos a responsabilidade de corresponder, aos interesses e aos anseios que exprimiram através do voto elegendo o Partido Socialista para aqui.

Presidente: Sr. Deputado Pacheco de Almeida, eu faço o mesmo apelo no sentido de não eternizarmos este assunto porque já deixa perder-se à distância o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que foi o interveniente.

Claro que pode usar da palavra para um contra-protesto relativamente a este protesto e depois não haverá mais protestos relativamente a esta questão.

Tem pois a palavra o Sr. Deputado. Já que se abriu aquela excepção vamos continuar.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Eu quero pedir esclarecimentos é à Mesa porque daquilo que eu ouvi não resultou nenhum protesto nem nenhum pedido de esclarecimento.

A minha interpelação é feita á Mesa porque eu entendo que também à Mesa cabe conduzir estes trabalhos e meter dentro do Regimento os tempos de intervenções.

Quanto ao que ficou aqui formulado no ar, a seu tempo terá resposta.

Presidente: Respondendo à interpelação formulada à Mesa, nós temos que responder que nos vemos às vezes em situações difíceis porque interrogamos os Srs. Deputados sobre aquilo para que pretendem usar da palavra, eles dizem-nos para quê, verificamos se tem cabimento regimental e damos a palavra.

Sobretudo quando se trata de intervenções muito curtas, torna-se realmente muito difícil ajuizar se se está no fim, senão realmente depois de se ter acabado, daí que a Mesa não tenha efectivamente chegado a intervir.

A Mesa, como sempre, procurará estar o mais atenta que puder.

Ainda existe uma inscrição, julgo que relacionada com a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, por parte do Sr. Subsecretário Regional do Planeamento a que dou a palavra para o efeito.

Sebsecretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não irei fazer comentários à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista reservando para altura própria os comentários a essa intervenção.

Neste momento quero fazer um pedido de esclarecimento extremamente conciso em relação à afirmação agora feita.

Quais foram os pedidos de esclarecimento sobre a CEE que não obtiveram devido esclarecimento, por parte do Governo, segundo o Sr. Deputado afirmou?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Subsecretário suponho que deve ter havido alguma confusão porque não fiz nenhuma afirmação desse estilo em relação ao assunto que foca, mas sim à indefinição de critérios e não à ausência de esclarecimentos quanto a perguntas sobre a CEE.

Portanto quanto aos critérios da insularidade, sim, fiz essa afirmação quando respondi ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida, mas não em relação à CEE.

Presidente: Vou agora dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para formular um pedido de esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu queria fazer um pedido de

esclarecimento ao Sr. Deputado muito breve.

Se a Região dos Açores é tão pequena como afirmou e, como pareceu também afirmar, são muito poucas as nossas potencialidades, como é que explica que, sendo assim produzimos 1/4 do total do leite produzido em todo o País e somos na Europa a Zona Económica Exclusiva que mais atum tem?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para responder a estas questões.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O que estava em discussão era a possibilidade de modernização dessa agricultura.

A minha referência à pequenez territorial consta do próprio Plano e o que eu fiz foi uma transcrição de palavras que estão no Plano e nada mais.

Portanto se há alguma coisa a responder e se isso é um agravo não me compete a mim responder.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Planear não é tarefa fácil, porém mais difícil se torna quando se não possui uma estatística capaz de fornecer todos os indicadores económicos correctos e atempadamente, quando a conjuntura económica nacional e internacional não é estável, quando o espaço económico onde nos inserimos passa por uma crise bastante profunda.

Apesar de todas estas condições abversas, o Governo Regional num esforço a todos os títulos meritório apresentou a esta Assembleia o Plano a Médio Prazo.

Este documento que apesar da sua alta qualidade não é perfeito, até porque não existem planos perfeitos, também não é um mero exercício académico porque conta sobretudo com a realidade do meio em que vai ser implementado e tem em conta os recursos disponíveis ou aqueles a que se poderá recorrer para que a sua execução seja ao nível da nossa capacidade.

Convém aqui referir, ainda que de passagem, que a concepção de modelos de desenvolvimento utilizando essencialmente grandezas macro-económicas aplicadas nas regiões insulares tem sido objecto de aprofundada reflexão e debate a nível de diversas instâncias o que tem levado a reconhecer-se que estes modelos têm conduzido, com frequência, a planos inadequados ou pouco realistas, quando aplicadas a economias tão específicas.

A oposição vai dizer, ou até já disse. - que o plano não é nada, que o esforço de desenvolvimento deveria ser noutro sentido no entanto nada disto nos deve admirar, porque, por isso mesmo, são oposição.

Um Plano de desenvolvimento, ou melhor um Plano económico é impregnado sempre da visão ideológica de quem o concebe por isso seria impensável que um Governo Social Democrata apresentasse um plano que agradasse ao PS, ao CDS e até a outras que teorizando pretendiam que este documento fosse um mero exercício académico muito apresentável, com todos os requisitos dos manuais, mas que quando aplicado na prática falhasse redondamente.

O documento que nos foi presente revela em nosso entender um modelo de desenvolvimento coerente perfeitamente definido e as grandes opções, uma consonância lógica com este.

Na proposta de Plano a Médio Prazo agora em apreciação constata-se que a prioridade fundamental nas grandes opções dada, à modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva corresponde no fundo a uma inflecção relativamente ao PIAPRA 77, na medida em que este priviligiou as necessidades de carácter social.

Assim, no Plano a Médio Prazo 81/84 enquanto os sectores sociais são contemplados com a verba de 5.587.500 contos os sectores produtivos e de infraestruturas económicas são contempladas respectivamente com as verbas de 7.298.000 contos e 7.809.500 contos.

Esta constatação reflecte a concretização financeira da opção agora apresentada que é a nosso ver a mais correcta e perspectiva o desenvolvimento regional na trajectória que mais probabilidades tem de êxito.

Se nos anos anteriores, mercê dum esforço grande, foram sendo asseguradas as necessidades básicas e até mesmo uma apreciável qualidade de vida à população, importa agora, arrancar mais decididamente para o desenvolvimento económico.

Isto porque não se pode perder de vista a necessidade de estarmos preparados para a integração na CEE e o efeito multiplicador na economia que tal opção imprimirá.

Além disso, julgamos que apesar dos grandes países desenvolvidos estarem a atravessar um período de recessão, cuja tendência ainda se não vislumbra inverter, não significa que a nossa Região não possa avançar na perspectiva de desenvolvimento, dado o grau do mesmo em que se encontra.

Os grandes objectivos do Plano a Médio Prazo e a compatibilização dos respectivos programas com aqueles, definem sectorialmente a coerência do documento.

O binómio, Objectivos-Opções Básicas Sectoriais, encontra-se devidamente contemplado nos programas dos respectivos departamentos governamentais dando assim consistência a todo o documen-

to.

A estratégia de desenvolvimento adoptada no Plano a Médio Prazo, também ela, nos parece a mais correcta e adequada, por assentar na permissa de que dois sectores fundamentais no desenvolvimento económico como são a agricultura e a indústria não são dicotómicos, bem antes pelo contrário, inter-penetram-se e são complementares.

Ignorar a importância das ligações mútuas e estimulantes entre os desenvolvimentos agrícola e industrial conduziria a nossa economia já de si débil a estrangulamentos de resultados nefastos.

Expendidas estas considerações muito sintéticas sobre a generalidade do Plano a Médio Prazo, deixando até de referir, programas inovadores nele contidos até porque outros deputados da nossa bancada a eles se referirão.

Não poderei no entanto deixar de referir dois projectos que pela sua envergadura depois de concluídos contribuirão decisivamente para o "Take off" da economia e são eles sem dúvida o Porto da nova cidade da Praia da Vitória e a nova pista do Aeroporto de S. Miguel.

O Governo viu aprovado por esta Assembleia o seu programa no qual se comprometia a levar por diante estes empreendimentos. No Plano a Médio Prazo eles estão efectivamente contemplados. No entanto parece-me que dada a envergadura e os custos financeiros das mesmas não será demais - como legítimos representantes do povo que nos elegeu - exprimir com clareza a nossa plena concordância e o apoio que nos merecem estes projectos.

Sr. Presidente do Governo Regional!

O Governo de V. Exa., vai sair desta Câmara com o Plano a Médio Prazo aprovado e poderá contar para a sua implementação com o apoio da maioria dos deputados que a compõem na medida em que ele merece o nosso inteiro apoio por ser um documento, bem elaborado, sem demagogias, com um modelo de desenvolvimento correcto, e porque sobretudo as suas propostas vão levar a melhorar as condições de vida do nosso povo.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Daniel de Sá pede a palavra para?

Deputado Daniel de Sá (PS): Se houvesse uma figura regimental mista de pedido de esclarecimento e protesto, eu preferia.

Presidente: Bom, seria uma forma sintética, se não a encontrar posso lhe dar a palavra para os dois fins, os quais podem ser eventualmente aglutináveis. Eu pedia ao Sr. Deputado que se observasse o Regimento em termos de consisão.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Deputado Carlos Teixeira deixou uma vez mais expressa a vontade, parece que do PSD, de que a oposição não possa fazer críticas.

É que já aqui foram feitas várias críticas ao Plano, por alguns Deputados do PSD, críticas naturalmente justas, possivelmente, e ninguém pensa, e parece que inclusivamente a intervenção anterior do Sr. Deputado Pacheco de Almeida vai no sentido de ilibar de culpa quem da sua bancada critica o Plano enquanto que nos parece que não o podemos fazer.

Além disso, admite o Sr. Deputado Carlos Teixeira que o Plano não é perfeito, portanto tem falhas.

Ora, se o Plano tem falhas é para serem apontadas aqui.

Se elas são apontadas aqui deve ser para alguma coisa. É para fazer caso delas ou não? Pelos vistos já anunciou que o Plano vai passar, nós passamos a estar aqui a cumprir a nossa missão de estar sentados e de nos levantarmos quando for caso disso, mas como o Plano vai passar o debate parece que deixa de ter interesse porque está previamente anunciada a passagem do mesmo.

Portanto, resumindo, se as falhas existem e se se apontam são para corrigir ou não?

Se nós temos ou não direito de criticar ou se são só os Deputados do PSD que o podem fazer?

Será que o PSD se tornou no partido único e além disso oposição simultaneamente?

Aliás suponho que já perguntei duas coisas e é a elas, precisamente, que desejo receber resposta.

Presidente: Eu suponho que o Sr. Deputado introduziu duas perguntas, não é verdade?

Deputado Daniel de Sá (PS): Exacto. Se o Sr. Deputado Carlos Teixeira entende que as falhas do Plano não são para ser corrigidas, e se não entende que nós temos o direito, de facto, de criticar e se esse direito só pertence ao PSD.

Presidente: São duas perguntas deste género, portanto, de fundamento, digamos, ético-político.

Entenderei que os considerandos podem ter funcionado como protesto e penso que terá ficado preenchido o objecto da sua intervenção.

Muito bem. Então o Sr. Deputado Carlos Teixeira relativamente a estas duas perguntas e como sempre solicitando a possível concisão, dou-lhe a palavra.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu parece-me que quanto à primeira pergunta ela é perfeitamente descabida porque as intervenções da nossa bancada tem sido a resposta concreta àquilo que foi formulado pelo Sr. Deputado.

Quanto à segunda pergunta, eu poderei responder-lhe muito facilmente porque concerteza o Sr. estava desatento quando eu fiz a minha intervenção.

Eu referi que possivelmente existiriam falhas, em termos de manuais académicos e não de um documento que é para ter aplicação prática.

Portanto se não entendeu aquilo que eu pretendia dizer, eu não tenho culpa.

Presidente: Sr. Deputado Daniel de Sá deseja pedir mais algum esclarecimento?

Deputado Daniel de Sá (PS): Não, é só para dizer que não estou absolutamente nada esclarecido, mas dispenso ao Sr. Deputado Carlos Teixeira de me tentar esclarecer porque talvez não seja capaz.

Presidente: Portanto o Sr. Deputado desiste do esclarecimento. Muito bem.

Antes de fazermos um pequeno intervalo vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Melo Alves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O presente Plano a Médio Prazo encontra-se bastante discriminado, embora não propriamente descritivo.

Além das propostas há no Plano uma breve introdução e, noutros documentos ditribuídos, uma caracterização da situação actual.

Julgamos que no Plano a Médio Prazo e no sector a meu cargo, os objectivos globais ou principais, os objectivos intermédios, os objectivos simples, as medidas de política e os programas são perceptíveis, embora sem dúvida passíveis de desenvolvimento e de esclarecimento.

Nesta intervenção não interessa repetir à Assembleia o que consta dos documentos com que trabalha.

Quanto aos desenvolvimentos e esclarecimentos, eventualmente necessários ou convenientes, é difícil avaliá-los e seleccioná-los.

Serão apresentados no decurso dos debates, conforme as solicitações ou exigências que deles forem resultanto.

Assim neste momento, limitar-me-ia a aludir a algumas questões referentes à Administração Pública Regional que vêm cada vez mais a preocupar os responsáveis políticos e já também várias camadas da opinião pública.

Referirei aquelas que me parecem mais pertinentes porque não meramente epidémicas ou episódicas, ou especialmente influenciadas por posições partidárias, e apontarei o seu relacionamento com o P.M.P..

São essas questões, em meu entender, as seguintes:

- O número de funcionários, e o ser demasiado elevado;
- A existência de uma pesada máquina administrativa regional;
- Grandes despesas correntes;
- Administração Regional de modelo da Administração Central Portuguesa;
- Falta de modernização na Administração Regional;

A tarefa de procurar resolver todas estas questões é grande, e é grande em qualquer país, mesmo nos mais desenvolvidos.

Eu permitir-me-ia citar de Sauvy, em "Bureau et burocratie", o seguinte:

"Interrogado sobre a burocracia qualquer pessoa, de qualquer tendência dirá: sou contra. No entanto o anátoma não basta. Só a partir de uma profunda análise da administração poderão vir a resultar melhorias de eficácia. Imprecações não terão outro efeito que o desabafo: o importante é mudar as coisas".

Por outro lado, Bünkal no livro "Uma Burocracia Inflaccionada" diz:

"...O cidadão comum tem a certeza de que há demasiados funcionários públicos e que os efectivos e as despesas que acarretam aos contribuintes deveriam ser reduzidos. E acrescenta.

Não é necessário que esta certeza seja verdadeira para ganhar credibilidade, mas que esta aumentará se efectivamente assim acontecer".

Analisemos, pois, alguns daqueles problemas.

Número de funcionários excessivamente elevado:

Ora eu julgo que não está provado que o número de funcionários que a Região dispõe seja actualmente demasiado elevado. Não está provado, e temos que ter em conta para a sua avaliação, deversos factores entre os quais é de exterma importância a quantidade e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Por outro lado, também o território em que são prestados. É um território pequeno o nosso, mas além de estar no meio do Atlântico, está dividido em nove parcelas, o que muito naturalmente acarreta um número maior de pessoas, ao serviço da administração, acrescendo também o aspecto do Governo que concretamente existe nesta Região, dos seus objectivos e de que é um governo afirmadamente intervencionista.

Por isto não deixamos de estar atentos ao assunto, e entramos numa fase de preparação de técnicos com vista ao estudo do cálculo de efectivos e à aplicação prática do que desses estudos resultarem. No entanto, peço a atenção de que se trata duma tarefa cuja concretização, para ser eficaz, passará necessariamente pela racionalização das estruturas, pela racionalização do funcionamento administrativo e pela análise de funções. Estas acções que terão de ser executadas exigem o tempo necessário para o efeito.

É ainda de referir que as condições de trabalho, nomeadamente das instalações, meios

materiais, máquinas, desde as mais simples às mais sofisticadas, não são por vezes as mais convenientes na nossa administração pelo que para o cálculo de efectivos não poderemos ir utilizar índices já feitos e aprovados para outras situações e para outros países. Por outras palavras, teremos ainda que determinar os índices cuja aplicação seja adequada às condições reais, concretas e actuais da nossa Região, para nos darem a imagem correcta da situação.

Procurar-se-á estabelecer as condições necessárias à introdução duma gestão previsional de quadros da administração pública, e desde já, a nossa actuação tenderá a atenuar distorções existentes na pirâmide constituída pelo diversos grupos profissionais que compõem a administração pública nos Açores, através de medidas adequadas, algumas das quais são apontadas neste P.M.P., designadamente habitação, renda ou aquisição, subsídios de fixação, adequação das carreiras etc.

Por outro lado, teremos de avançar, e estamos a avançar desde já também para o aumento da produtividade e da qualificação dos funcionários existentes. Neste aspecto, o meu inteiro apoio ao que no programa se contém, relativamente á valorização dos recursos humanos e ao que aqui foi referido pelo Sr. Deputado Emanuel Silva.

Temos uma pesada máquina administrativa. Dizê-lo é pouco. Há aqui outra vez que analisar. Nesta análise haverá que ter em conta, por um lado, a enorme variedade de serviços prestados que exigem portanto várias especializações e várias estruturas, e, por outro, novamente a grande dispersão territorial.

Relativamente aos serviços prestados, os departamentos da Administração Regional estão estruturados, no seu conjunto, em trinta e uma Direcções Regionais, ou órgãos equiparados, e, se tivessem sido usados critérios rígidos de departamentalização, teríamos, indo para o mínimo, aquele mínimo de duas Direcções de Serviço por cada Direcção Regional duas Divisões por cada Direcção de Serviços, actualmente, na Região sessenta e duas Direcções de Serviços e cento e vinte e quatro Divisões. Isso não sucede porque temos estado atentos a este assunto. Presentemente o conjunto de Direcções de Serviços é de vinte e seis e não sessenta e duas, e o conjunto de divisões é de trinta e cinco e não cento e vinte e quatro.

Quanto a aspectos de unidades de departamentalização, derivada da descontinuidade do território, pois, temos a existência de trinta e duas Delegações, nove de Serviços de Ilha, no campo agrícola, e nove de Serviços de Ilha no campo veterinário.

Outra das preocupações é a das grandes despesas correntes com que a nossa administração se depara.

Pois bem, o conjunto de acções previstas e propostas no Plano e que se julga possível realizar, traduzem-se de facto, na prática, numa modernização, numa melhoria de circuitos, de funcionamento de racionalização, que em nossa opinião fará baixar essas despesas correntes.

Mas não nos devemos iludir porém, porque temos aqui, como neste aspecto também, várias ilhas, várias e pequenas, e toda uma problemática de serviços a prestar que depende de querermos ou não continuar com esse tipo de prestação e a qualidade dele.

Portanto é possível, e deste Plano resultará baixa nas despesas, mas há condicionantes que não podemos ultrapassar.

No que se refere à crítica de que a administração da Região se limitou a copiar o modelo da administração central, pois, nós temos uma macro-estrutura que é semelhante, temos as Secretarias Regionais, temos as Direcções Regionais, temos um Gabinete para o Secretário Regional, temos Conselhos Consultivos, e, à primeira vista, tudo isto parece inteiramente copiado, embora, na realidade, haja alguns aperfeiçoamentos e algumas limitações, uma vez que há um espartilho, ou seja, o Decreto 3/76 aprovado por esta Assembleia.

semelhante e inteiramente

Mas temos, porém, que considerar ainda as estruturas imediatamente inferiores, as estruturas de nível intermédio. Este aspecto não pode ser encarado dessa forma radical de cópia do modelo da administração central. A expressão tem que ser vista na perspectiva da filosofia do documento.

No caso concreto, tratou-se da estruturação da administração regional, tomando por base um modelo de estrutura hierárquico-funcional, o que ainda hoje alguns departamentos do Governo Central não conseguiram inteiramente alcançar.

Aliás, o modelo adoptado na Região, a estrutura hierárquico-funcional, e então julgado único possível, é considerado por alguns autores como já um modelo bastante adiantado.

Hoje se repararmos para as leis orgânicas mais recentemente publicadas, encontraremos a introdução já de outros elementos, além da estrutura hierárquico-funcional; encontraremos normas que permitem o desenvolvimento de administração por tipo de estruturas matriciais e por projectos; e, sobretudo, e isto ainda é mais importante, a introdução de normas relativas à gestão e ao funcionamento interno que permitam mais facilmente a adequação das estruturas aos problemas que vão surgindo e que constantemente também se alteram, como é próprio numa sociedade

que está em desenvolvimento e em evolução.

Um aspecto ainda mais baixo, não diria de micro-estruturas mas noutro nível da administração, que importa referir, é o já encontrarmos Delegações de Ilha de certas Secretarias como é o caso da Secretaria Regional do Equipamento Social, e Secretaria Regional do Comércio e Indústria, em que aparece uma unidade de serviço centrado na ilha com a sua chefia própria, encarando-se aqui a realidade ilha.

Há, é certo, portanto, uma determinada filosofia copiada da administração central. No entanto sabe-se dos custos das dificuldades duma mudança na organização ou nas organizações. E nós tivemos aqui uma mudança duma administração distrital para regional e duma administração movida por um poder central para uma administração movida por um poder regional autónomo.

Se tivermos que ir a estes dois níveis, já de mudança, somar um segundo nível de mudança que seria, quanto à filosofia da estruturação, quanto ao estilo de gestão, quanto aos métodos de funcionamento, e dentro dos condicionalismos em que a estruturação da administração regional tem sido feitos, dentro dos condicionalismos de tempo que foi muito limitado, dentro dos condicionalismos da falta de elementos e técnicos qualificados e dentro daquele grande objectivo que nos prepusemos de a mudança não implicar baixa na qualidade dos serviços, e efectivamente não implicou antes pelo contrário muitas vezes trouxe melhoria, eu julgo que não teria sido possível a mudança operar-se simultaneamente nos dois níveis que acabei de referir.

Presidente: Sr. Secretário Regional é apenas para advertir que vai em 17 minutos a sua intervenção e que em princípio terá ainda 3 minutos.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Quanto à falta de modernização já não é inteiramente o que era há dois ou três anos. A situação é diferente está a alterar. Como é do conhecimento geral, o Governo Regional tem insistido fortemente na valorização dos recursos humanos na administração pública. Tem sido feito formação que inicialmente se destinou, teve a sua forma gradual, foi programada fundamentalmente a acções de sensibilização para a mudança, depois a aquisição de conhecimentos gerais e necessários à função e, finalmente, esta é a fase em que já estamos neste momento, a aquisição de conhecimentos úteis, necessários ao funcionário, mas já numa perspectiva de mudança imediata de utilização de novos processos de funcionamento, de novos métodos e de integração em novas estruturas e mesmo em estruturas de filosofia diferente daquela a que estamos habituados.

Para uma mudança na organização é fundamental mudarmos as estruturas mas isso não é suficiente. Previamente temos que ter a definição dos objectivos, dado que as estruturas que se irão procurar têm que ser adequadas à definição dos mesmos.

Julgo que neste momento a administração regional tem os seus objectivos definidos, e este Plano a Médio Prazo é um prova disso. As grandes organizações, mesmo as médias e algumas pequenas organizações da administração regional encontram aqui os seus objectivos definidos.

Por outro lado, a mudança de estruturas implica também a preparação do elemento humano para esse efeito.

Essa preparação está feita. Chegámos, julgo, a uma altura em que é possível fazer, em que é possível dar na verdade um salto qualitativo e entrarmos numa fase de real modernização da administração pública.

Repare-se, aliás, no que aqui foi exposto pelo Governo em Dezembro de 1977, ao apresentar-se o Plano para 1978, e foi talvez pela primeira vez devidamente esplanado o que pensava o Governo àcerca dos grandes caminhos a seguir pela administração regional.

Pegamos nesse Diário das Sessões e pegamos no actual Plano e a diferença é muito grande. Muitos dos objectivos estão proclamados, estão alcançados, outros estão a ser concretizados progressivamente, outros estão a ter o seu início, e encontramos no actual Plano objectivos completamente novos além de alguma sobreposição, que há, efectivamente, mas encontramos objectivos completamente novos, encontramos uma outra dinâmica, um caminhar para um estádio mais elevado de evolução.

Temos 1,5% neste Plano para a realização desta grande tarefa. Isso vem indicado a páginas 354.

No entanto, e o tempo não me vai chegar, há algumas correcções que podem ser feitas de forma a verificarmos que efectivamente se chegará aos 3,5%.

Mas Srs. Presidente e Srs. Deputados verificamos que esta imensa tarefa de modernização da administração pública, absolutamente indispensável para a modernização da Sociedade Açoriana, é possível, vai-se realizar e está devidamente dotada no Plano, embora não possamos prometer que seja a curto prazo ou sequer que se complete a médio prazo.

Para terminar, gostaria de me congratular com esta Câmara por as questões que aqui referiram serem actualmente objecto de livre discussão entre os políticos e mesmo na opinião pública.

Congratular-me porque essa livre discussão crítica, ao realizar-se, demonstra a existência nesta Região de um regime democrático e de confiança nela.

É um sinal de concretização de um objectivo fundamental que nos uniu a todos nós democratas açorianos aqui presentes e aos muitos que militam

e labutam na Região.

Congratular-me porque os assuntos em discussão são de grande importância, e serem assim discutidos por cada vez mais largas camadas da população, é um sinal também de se estar a concretizar um outro grande objectivo que temos presente, a transformação da sociedade açoriana de uma forma evolutiva e reformista.

São preocupações aquelas que há poucos anos não atingiam a opinião pública como hoje. Há neste aspecto como noutros uma sociedade a transformar-se.

Concluo que muitos de nós, possivelmente todos nós, acharemos que, apesar de tudo, estes cinco anos não foram em vão.

Valeu a pena.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pede a palavra para um pedido de esclarecimento. Vamos fazer o seguinte: é que eu já tinha aqui uma informação do Sr. Deputado Martins Goulart no sentido de que a bancada do Partido Socialista também pede a palavra para pedidos de esclarecimento, e eu penso que vamos todos aguardar a nossa vez porque eu julgo que é urgente fazermos um pequeno intervalo e os pedidos de esclarecimento serão formulados imediatamente a seguir ao mesmo.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): É que agora estava no quente...

Presidente: Como não creio que seja um caso de temperatura penso que será melhor aguardar. Não há nada como fazer as perguntas a frio.

Vamos então interromper por 20 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 15,55 horas)

Presidente: Srs. Deputados agradecia o favor de tomarem os seus lugares.

Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 16,15 horas)

O Sr. Deputado Martins Goulart tinha pedido a palavra para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Tem pois a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Pública:

Gostaria de saber, quanto às medidas de política tendentes à moralização do desempenho da função pública, se foi ou não a Secretaria Regional da Administração Pública consultada pela Mesa da Assembleia Regional dos Açores no que respeita à possibilidade de contratação de funcionários técnicos e administrativos desta Assembleia com dispensa do cumprimento de normas legais que regulamentam o acesso de candidatos ao quadro de funcionalismo público, exceptuando, naturalmente, aqueles a quem a lei expressamente contempla a dispensa de concurso.

Uma segunda pergunta relativamente á austeridade que deve ser prosseguida e que pelo menos se encontra de alguma maneira, proposta no Plano a Médio Prazo. Competirá ou não à Secretaria Regional da Administração Pública o estabelecimento dos critérios que visem moralizar o uso dos equipamentos móveis da Região, designadamente as viaturas oficiais e que são a olhos vistos abusivamente utilizadas desacreditando assim os departamentos regionais onde se encontram integradas?

Em 3º lugar, gostaria também de saber se compete ou não à Secretaria Regional da Administração Pública julgar os casos de acumulações de cargos de funcionários públicos e, em caso afirmativo, como e em que casos se justificam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Melo Alves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à primeira pergunta do Sr. Deputado Martins Goulart, àcerca de se a Mesa da Assembleia Regional consultou esta Secretaria Regional relativamente a requisitos para a constratação ou nomeação de funcionários para esta Assembleia, pois, eu não lhe posso responder com muita precisão.

Eu sei que de vez em quando há contactos entre a Mesa da Assembleia e os meus serviços, inclusivamente, já chegou a haver contactos verbais comigo.

Neste momento não sou capaz de me recordar se houve ou não contactos, e pode até não ter passado por mim, pois que a consulta pode ter sido feita á Direcção Regional competente que é a Direcção Regional da Administração e Pessoal.

Sei que pessoalmente já tive conversas com o Presidente da Mesa Dr. Álvaro Monjardino, com o vice-Presidente, Dr. Fernando Faria, que remeti algumas questões para outros funcionários. Sei também que tem havido perguntas e consultas aos técnicos da Secretaria, mas quanto a questões escritos não me recordo. Pode ter havido já que algumas conpetências são do Director Regional, e só quando tem extremas dúvidas ou quando o caso é da minha competência é que chega cá.

Quanto à segunda pergunta, não está exactamente nas funções desta Secretaria esse aspecto, cabendo mais à Secretaria que vela pelo patrimómio, embora se possa justificar uma portaria conjunta da Presidência, da Secretaria Regional das Finanças e da Secretaria Regional da Administração Pública, e talvez fosse este o caminho a seguir de maneira a serem defendidos os diversos interesses: o patrimonial, o da funcionalidade e ter em vista também a Presidência participar

nessa portaria dado a função de coordenação que tem.

A fase ideal parece-me que seria assim, independentemente de numa primeira fase poder o assunto mesmo ser discutido no governo para se obter um consenso e ver os diversos problemas que há relcionados com isso, dado que o nosso parque automóvel já é grande, é bastante diversificado nas suas finalidades, e há casos especiais a atender, porque muitas vezes podemos verificar que efectivamente sai mais barato e é mais conveniente que seja conduzido pelo próprio utente, que ele próprio seja o motorista do carro, e muitas vezes pode sair mais barato dadas as condições de falta de garagens que ele fique até ao pé de casa do funcionário, o que é indesejável sobre determinados aspectos, mas pode ser também mais económico.

Há portanto que fazer uma apreciação muito correcta e cuidadosa deste assunto e verificar-se, digamos que numa primeira fase, de tomada de posição nisso, como aliás já foi feito embora não tivesse ficado escrito, o Governo analisou este assunto e foram dadas directivas aos Srs. Secretários Regionais que procuraram adptá-las a todos os seus serviços.

Finalmente, se compete ou não à Secretaria Regional da Administração Pública apreciar os casos de acumulação. Existe a lei quanto a acumulação, e não está absolutamente determinado que vá ao Secretário Regional da Administração Pública todos os casos de acumulação.

Quando surgem dúvidas, evidentemente que é consultada a Secretaria, e tudo aquilo que entre no âmbito da movimentação de pessoal que necessita de "visto" do Tribunal de Contas, como ele não existe ainda na Região, vai, ao visto, ao parecer da Secretaria Regional, visto e parecer estes que neste momento também já são da responsabilidade do Director Regional respectivo. Só me chega a mim algum caso de dúvida em que eu t nha que decidir como por exemplo, os casos de reclamação etc, casos mais complicados, como é natural no funcionamento duma organização destas.

Portanto os movimentos que implicam visto do Tribunal de Contas vão à Secretartia Regional da Administração Pública.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro, mas julgo útil completar a informação do Sr. Secretário Regional, conquanto a Mesa não tenha sido interpelada sobre o assunto, no sentido de dizer que têm sido muito intensos os contactos entre a Mesa da Assembleia e a Secretaria Regional da Administração Pública, pelos seus serviços, inclusivamente ao nível de, no início desta legislatura, a Mesa que então aqui estava ter mandado todos os processos individuais dos funcionários, que os Deputados que fizeram parte das Mesas aqui encontraram, recrutados ainda do tempo da Junta Regional, para efeitos de saneamento dos respectivos processos.

É certo que algumas das normas vigentes na nossa Região, por terem um carácter regulamentar e portanto serem emanadas do Governo não são, pelos menos em princípio, de aplicar aos funcionários desta Assembleia Regional. Inclusivamente, nas dúvidas que têm surgido, também a outro nível, têm sido resolvidas depois de troca de impressões entre a Mesa da Assembleia e os Serviços da Secretaria.

Muitas dessas informações, inclusivamente se têm processado, já com autorização do Sr. Secretário Regional entre os Serviços desta Assembleia e um funcionário qualificado da Secretaria Regional da Administração Pública.

De maneira que penso que, quanto a este assunto, têm sido até dos mais intensos, os contactos, enfim, entre a Direcção desta Casa e aquela Repartição que está tecnicamente, digamos que, apta a prestar a necessária assistência para que tudo aqui se faça em conformidade. Direi mesmo mais que no que toca a outras matérias, como esta, de carácter administrativo, em que andamos agora envolvidos, como concursos, empreitadas etc., também temos recorrido à Secretaria Regional da Administração Pública uma vez que o serviço de acessoria jurídica apenas começou a funcionar há poucos dias.

Depois, deste esclarecimento, prestado "spontae nostra", eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro para formular os seus pedidos de esclarecimento.

Desculpa, mas parece que o Sr. Secretário Regional ainda tem algo a acrescentar. Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Pública (Melo Alves): Eu só queria referir que efectivamente me tinha esquecido desse aspecto.

Houve uma altura em que, com um Presidente ou um dos Vice-presidentes, não sei qual, foi pedida a vinda cá de um funcionário meu, foi a mesma acordada, e o mesmo funcionário veio, ou não chegou a vir, mas o que é certo é que me disse que tinha sido resolvido fazer a análise dos processos, na própria sede da Secretaria, por causa de haver mais elementos disponíveis e ir demorar algum tempo.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente,pelo adiantado da hora e porque há imensa gente inscrita para intervir, eu retiro o meu pedido.

Presidente: A Mesa regista-o com agrado.

O Orador: Por enquanto, por enquanto...
(Risos)

Presidente: Apesar da reserva, a Mesa regista, com o júbilo surpreendido que se pode supôr, esta atitude do Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Daniel de Sá tinha pedido a palavra para?

Deputado Daniel de Sá (PS): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem então a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional da Administração Pública diz não estar provado que há muitos funcionários.

Eu gostaria de perguntar se já considera provado que são poucos, ou os suficientes. Claro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública:

Secretário Regional da Administração Pública (Melo Alves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu disse que isso não estava provado, que estávamos a preparar técnicos para o cálculo de efectivos, mas que para esse próprio cálculo de efectivos não bastava a preparação específica dos mesmos, nesse ramo, tinha que ser precedida da racionalização de circuitos e da análise de funções.

De maneira que também não está provado que sejam poucos. Há que ver sectorialmente. Pois eu sei que há sectores onde há poucos, efectivamente conheço-os mas de uma forma global, não os poderemos considerar assim, porque implica, de facto, um longo estudo.

Agora sim, há uma coisa que é segura, temos tido bastante cuidado na aprovação dos quadros, tem havido bastante exigência e é um pouco conhecido as dificuldades que há, por parte da Secretaria Regional da Administração Pública, em dar a sua concordância aos diplomas.

Isto umas vezes é apontado como um mal, outras vezes é apontado como um bem. Depende um pouco da perspectiva em que cada um está colocado.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Da leitura comparativa entre o Plano de Médio Prazo 1981/84 e os Planos anteriormente apresentados pelo Governo, ressalta de imediato três factos conclusivos:

- Em primeiro lugar o facto da Região Autónoma dos Açores, que era sub-desenvolvida em 1976, aquando da formação do I Governo Regional, continuar sub-desenvolvida em 1981, já com o II Governo em quase tudo semelhante ao primeiro. Esta situação, de sub-desenvolvimento a que o Governo tenta iludir dizendo **que a situação da Região é típica das economias em fase inicial de desenvolviomento.** Sinceramente, não se vê a diferença neste caso e a não se verificar demonstração em contrário, seria preferível que o Governo usasse a linguagem da verdade reconhecendo, com dignidade, o seu fracasso.

- Em segundo lugar ressalta o facto das mesmas promessas, repetidas de ano para ano, adiadas de Plano para Plano, já gastas de tanto ano, e que são comprovativas de que o Governo Regional do PSD, promete o que não pensa nem pretende realizar.

- Em terceiro lugar ressalta o facto deste Plano, à semelhança de todos os anteriores, constituir um documento sem crédito porque sem suporte financeiro próprio, como garantia para a sua execução.

Mas, insensível aos problemas reais do povo, o Governo, optimista como sempre, passeia-se de avião para avião, de terra em terra, dentro e fora da Região. E porque atarefado nas suas viagens o Governo cheio de Planos (sempre adiados), é o responsável real, na Região, pelo agravamento do custo de vida e pela deterioração do poder de compra dos trabalhadores.

Trabalhadores, empregados, ou por conta própria, cujos interesses são relegados para segundo plano, consequente da opção capitalista do Governo, com a agravante de este nem ser capaz de conseguir imprimir confiança aos empresários privados, com vista ao desenvolvimento da economia regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Passado que foi o tempo em que se verificava a cobertura integral dos défices orçamentais da Região, o Governo vê-se, agora, confrontado com a verdadeira face anti-autonomista do governo Central da Aliança Democrática e, perante a negação do Governo AD relativamente à cobertura integreal dos défices orçamentais da Região, o Governo Regional vê-se pela primeira vez na necessidade de recorrer à instituição bancária, para contrair um empréstimo de **dois milhões e quinhentos mil contos.**

Não deixa, pois, de causar espanto a afirmação feita pelo Governo, logo na página 2 do Plano de Médio Prazo, agora em debate, **para a necessidade da Região evoluir sem hipotecar o futuro.** A não ser que o Governo tenha a intenção de não pagar essa dívida (e a ser assim, era bom que o dissesse como) terei de concluir que o futuro da Região começa já a ficar hipotecado.

Por outro lado, resta ao Governo o recurso

à negociação sobre os custos da insularidade, mas independentemente, dos resultados que venham a ser obtidos para fazer face aos custos da insularidade, serão os trabalhadores que irão sofrer e pagar os custos da incapacidade do Governo Regional do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação é grave e não se vislumbra, por este andar, um grande futuro para a Autonomia Regional dos Açores.

Uma política reformista - obrigatoriamente orientada no sentido da justiça social - não se realiza pelo simples anúncio, mas pela demonstração prática na acção governativa.

Uma política reformista **real** coloca-se sempre ao lado do sector laboral e não, como o tem feito este Governo, ao lado do sector patronal expressivo, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores.

(Voz dum Sr. Deputado: Isso não é verdade!)

O Orador: É verdade Sr. Deputado e pode-se demonstrar.

É o próprio Governo que afirma do Plano a Médio Prazo, a páginas 20 e 21, que "a Região Autónoma dos Açores assenta o seu desenvolvimento numa economia de mercado, onde o sector privado goza de livre iniciativa nos limites da lei e é incentivado por estímulos governamentais aos investimentos nos sectores considerados prioritários". Fim de citação.

Daqui se extrai uma primeira conclusão: na opção do Governo a Região Autónoma dos Açores assenta o seu desenvolvimento numa economia capitalista, incentivada através de estímulos governamentais.

Porém, na área dos sectores sociais, o Governo, segundo o P.M.P. apresenta-se com uma face generosa, prometendo mundos e fundos, no sector da habitação, da saúde e do emprego.

Pouco vale falar da habitação social, por exemplo, se não existir um empenhamento real na sua concretização. E porque é o bem-estar e a dignidade do povo que importa assegurar, não é legítimo que se chame habitação social, àquilo que se tem construído, por acção directa do Governo, e que em nada se diferencia dos prismas económicos, dos tempos da outra Senhora, ou seja; casinhas pobres, para gente pobre, "quatro paredes caiadas e um cheirinho a alecrim".

Assim como, de pouco vale construir hospitais e outras estruturas de apoio, que por si só não são garantes da igualdade do direito à saúde, enquanto, por outro lado, se mantém, com o apoio governamental, esquemas de prestação de cuidados médicos e medicamentosos típicos da sociedade capitalista.

E é, de facto, esse "statu-quo" que o Governo mantém camuflando-o com aquilo a que criou, com os votos do Grupo Parlamentar do PSD, e a que pomposamente chamou de Serviço Regional de Saúde.

Serviço Regional de Saúde cuja concretização positiva, o Governo vai já dizendo ser difícil e demorada. Mas mesmo que um dia isso chegue a funcionar, surgirão (conforme a sua prevista estruturação) como uma máquina, disfarçada, de permitir que se continue a fazer da saúde um negócio, quer pela intervenção, no S.R.S. de determinada prestação de cuidados médicos, quer pela manutenção dos circuitos existentes na comercialização dos medicamentos.

No sector do Trabalho, vejo com preocupação, que o Governo manifesta o objectivo, segundo expresso no Plano, de alterar a legislação do Trabalho, adaptando-a àquilo que chama a realidade social e laboral da Região. A realidade social do sector laboral da Região, à semelhança de qualquer outro lugar, traduz sempre o reflexo das formas de agir dos respectivos Governos.

Ciente nas boas intenções do actual titular da Secretaria Regional do Trabalho, nada me garante que a verificar-se uma sua substituição, se mantenha por parte de outro alguém as mesmas boas intenções.

Dúvida que é legítima porquanto a actuação do anterior Secretário Regional do Trabalho e do director Regional do Emprego e Formação Profissional, deste mesmo Governo, manifestou-se claramente a favor do patronato contra os interesses e direitos dos trabalhadores.

Por isso, é fundamental que no planeamento de uma política de emprego fique estabelecido, muito claramente, o entendimento que se tem relativamente ao conceito do **Posto de Trabalho**, se entendido, este, como uma forma de garantir com dignidade o direito à vida, ou se algo que se cria e se anula consoante os interesses exclusivos do patronato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

- Reduzir o desemprego e o sub-emprego;
- Prestar uma atenção muito especial aos jovens através da definição de medidas que visem a solução do problema do primeiro emprego;
- A passagam da vida escolar à vida profissional sem sobressaltos e sem consideráveis custos sociais;
- Definir como objectivo a eliminação das discriminações de que são alvo as mulheres, no que respeita ao trabalho, ao acesso ao emprego e da carreira profissional;
- Inserir os deficientes no mercado do emprego em condições de igualdade com os demais trabalhadores;
- Promover incentivos à mobilidade geográfica

de mão-de-obra;

- E apetrechar o sector laboral de formação profissional com vista à sua qualificação e especialização, constituem princípios e objectivos que importa, mais do que situá-los no campo teórico, realizá-los com determinação, tendo em conta as possibilidades de cada momento viáveis à sua concretização.

Caso contrário criar-se-á no campo da demagogia e da promessa fácil, sindrome de frustração em todos quantos vivem num presente sem futuro e num futuro sem melhoria.

E é nesse campo, precisamente, que penetra o Plano de Médio Prazo 81-84, elaborado pelo Governo.

A Região, com um sector primário, que ocupa cerca de 38,3% da população activa e da qual cerca de 90% exerce a sua actividade na agro-pecuária, o que é, evidentemente, demasiado.

Uma Região em que o sector terciário ocupa cerca de 40,3 % da população activa, o que evidentemente è demasiado.

Uma Região em que o sector secundário - que ocupa o âmbito das indústrias transformadoras - ocupa cerca de 21,4% da população activa, o que é evidentemente, insuficiente; transforma os objectivos definidos, no Plano, em utópicos e demagógicos porque espartilhados num período temporal de quatro anos, ou seja, o tempo para a vigência do actual Plano a Médio Prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Plano apresentado pelo governo além de constituir o somatório das promessas irrealizadas em Planos anteriores corre o risco de naufragar. Por um lado, pela incapacidade governativa demonstrada ao longo dos cinco anos de gestão regional autonómica. Por outro lado, pela ausência de garantias de suporte financeiro, sem hipotecar o futuro, para a sua concretização.

Após cinco anos de acção governativa, o Governo não pode queixar-se de não lhe ter sido dado tempo suficiente para mostrar o que valia.

Portanto, e com a predisposição sincera de quem mais não pretende ser do que um simples cidadão, direi que o crédito de tempo que de início deve ser dado a qualquer Governo para provar o que vale está gasto.

Ao Povo e à Região restará cada vez mais como esperança de uma vida melhor para todos a concretização prática dos belos ideais do Socialismo Democrático e que informam os princípios e os objectivos do Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social (João Bernardo Rodrigues): O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt falou na habitação social, e lembra-se ainda, infelizmente, do alecrim.

Da nossa parte, da parte do Governo logo de início foi nossa opção fazer habitação social condigna para o povo desta Região, porque nós sabíamos claramente o que era a habitação social no Continente, e o exmplo está à vista em Angra do Heroísmo, enquanto que neste momento está em construção um bairro de 197 casas promovido pela Secretaria Regional dos Equipamento Social, cujo projecto não envergonha ninguém e devo dizer que as casas que se constroem hoje em Santa Luzia são tão boas, ou melhores do que algumas em que nós vivemos.

O contrário não se diz nem se pode afirmar das casas do Bairro de São João de Deus, mas recebemo-las devido às circunstâncias trágicas do sismo de 1980, porque aquelas casas foram obra do Partido Socialista, do Governo de Mário Soares e do seu Ministro da Habitação que enxamiou o País de casas daquele tipo, e que, por vergonha, outros Ministros sucessivos da Habitação as tinham guardadas para calamidades.

Se não fora as circunstâncias do sismo, naturalmente que as casas da habitação social nos Açores, e particularmente em Angra do Heroísmo, não seriam aquelas que estamos a construir e que estamos a montar em São João de Deus.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tem a palavra para formular pedidos de esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado algumas questões.

A primeira é se considera possível, e se assim é, como que uma Região tida como subdesenvolvida em 1976, e com as carências que aqui já foram exaustivamente levantadas pela bancada da oposição, pudesse num curto espaço de cinco anos ter dado o salto para a situação de Região desenvolvida.

Se isso é possível gostaria que explicasse nesta Câmara como?

A segunda questão reporta-se àquilo que referiu como anti-autonomia da AD no que diz respeito à cobertura do déficit regional, e gostaria de lhe perguntar se tenciona responsabilizar o PSD na Região e a nossa bancada por essa eventual atitude anti-autonomista do Governo AD.

Em terceiro lugar gostaria que me explicitasse como é que, conhecidos que são os magros recursos da Região, e todos os conhecem, estou a falar dos recursos financeiros disponíveis, pensa que podemos arrancar para desenvolvimento, ou a palavra mais adequada

que encontrar, sem mobilizar recursos financeiros.

Se não são aqueles apontados no Plano, quais os recursos financeiros que na opinião do Sr. Deputado deveriam ser utilizados pela Região na pressecução dum Plano de investimentos que arrancasse a Região à situação que refere?

Diz ainda o Sr. Deputado que a Região prossegue uma política capitalista. Isto seria considerar-nos numa situação capitalista que talvez desejaria encontrar, não é a que temos, não temos nem uma, nem outra, e eu gostaria que explicitasse o seu pensamento acerca desta matéria.

No que refere à comercialização de medicamentos e política nacional de saúde, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se a nível do País e não obstante as sucessivas governações porque o mesmo já passou e que incluem portanto todo um leque de xadrez político, já algum partido/Governo ou coligação de partidos no Governo conseguiu acabar com os, chamados, intermediários no sector de medicamentos ou se algum conseguiu implementar uma efectiva política nacional que agora pudessemos chamar de política regional de saúde?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para responder a estas questões.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Responderei com muito prazer ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida, às cinco questões que me pôs.

A primeira é acerca do estado de sub-desenvolvimento da Região em 1976, e em termos comparativos em 1981, no sentido de saber se eu achava que era possível dar um salto, neste tão curto espaço de tempo.

Eu penso que talvez, não sendo possível dar-se o salto, no entanto, que não foi dado somente um passo.

Quanto à política anti-autonomista da AD, penso que ela é um facto.

Foi através da subida ao poder da AD que se começaram, de facto, a verificar as dificuldades em relação à Região Autónoma dos Açores no que diz respeito à cobertura dos déficites orçamentais.

Se o Sr. Deputado me pergunta se eu considero que a bancada do PSD é responsável, repito, pela política anti-autonomista da AD penso que essa resposta deve ser dada pela bancada do PSD fazendo uma demarcação muito clara em relação à própria Aliança Democrática.

Penso que isto ainda não foi feito.

Quanto aos magros recursos da Região e quanto à forma de mobilizá-los no campo financeiro, eu penso que o Governo, salvo o erro na apresentação do seu programa, previa além da contracção dum empréstimo bancário também a incentivação à poupança privada.

Não tenho qualquer elemento do êxito ou do fracasso do Governo neste sentido.

Finalmente, quanto à política capitalista, penso que aí não haverá grandes dúvidas. A palavra e o termo que empreguei não trazem qualquer carga de sentido depreciativo, mas sim, pelo contrário, a constatação de uma realidade que se traduz, ao fim e ao cabo, nas estruturas e nos mecanismos da sociedade, da economia de mercado que, tanto quanto sei, traduz a sua situação entre vários factores, como sendo, por um lado, o factor trabalho, por outro, o factor capital, a concorrência entre a procura e a oferta e, consequentemente, o poder de compra do mais forte.

É isto, ao fim e ao cabo, o que se disse, E uma economia de mercado que obviamente só pode inserir-se numa perspectiva capitalista e cuja filosofia e opção reformista é, a partir dela, progressivamente transformar as suas estruturas numa sociedade socialista na nossa opção pela via democrática que significa o socialismo democrático, ou também a social democracia autenticamente interpretada.

Finalmente, quanto à questão dos mecidamentos, penso, Sr. Deputado, que não é talvez a melhor forma querermos justificar as nossas incapacidades ou impotências com as dificuldades alheias.

As dificuldades alheias podem servir e devem servir, em nosso entender, como ponto de referência para a partida no sentido da correcção e da melhoria das próprias deficiências.

Houve já um projecto que se intitulava "Serviço Nacional de Saúde" que avançava nesse sentido, que foi posto na gaveta pelo Governo da Aliança Democrática, mas, independentemente disso, nós temos uma Região Autónoma, vivemos nesta Região, é aqui que devemos olhar para os problemas reais, no caso concreto da saúde, no caso concreto, pois também, da situação na comercialização dos medicamentos.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, desculpem o tempo que vos tomei na prestação destes esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu pedia a palavra para felicitar o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pela sua demonstrada habilidade.

Ele fez hoje dizer ao Governo no Plano de Médio Prazo exactamente o contrário do que ele diz.

Ao citar o texto da página 21 do 1º parágrafo, omitindo o segundo, transformou o quadro social democrata em que o Governo tem

trabalhado, desde o início, onde se compagina o reconhecimento do papel da inciativa privada com, cito o programa do Governo, "O controlo dos sectores básicos da economia e a intervenção do Estado em caso de reconhecida necessidade para assegurar o interesse público..." e mais abaixo a referência ao sector cooperativo.

Fez o Sr. Deputado José anuel Bettencourt dizer ao Governo exactamente ao contrário do que está escrito no Plano de Médio Prazo. Mas o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt ainda há pouco nos dislumbrou com uma habilidade muito maior porque ao afirmar estar aqui, ele e os seus colegas de bancada do Partido Socialista, trazidos aqui com 37% dos votos do povo açoriano, alterou também ligeiramente o que diz o mapa dos resultados das eleições de 5 de Outubro de 1980, publicados no Diário da República, que atribui ao Partido socialista 27,27%.

Felicito o Sr. Deputado pela sua habilidade.

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Eu queria agradecer a correcção feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional e reconhecer que realmente foi um lapso da minha parte, o meu negócio não é números, fica corrigido, mas, de qualquer forma, 37% ou 27%, foram os milhares de votos que o Partido Socialista recolheu, e esperemos que mais para o ano, Sr. Presidente.

Presidente: Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Castanheira Cruz, para um pedido de esclarecimento.

Deputado Jorge Castanheira Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado do Partido Socialista apresentou na sua intervenção a explicação mais corrente do sub-desenvolvimento, que é hoje apresentada a todos níveis de sofisticação profissional e política, e que é tão contraditória quanto os indicadores desses países revelam.

Nesta insensatez, é atribuída grande importância ao sistema económico e à natureza do Governo como causa ou antítese do sub-desenvolvimento, basta que olhe para muitos países cujo sistema defende.

O sub-desenvolvimento penso que está ligado á pobreza generalizada e não individual. Está ligado ao equilíbrio da pobreza e à habituação da mesma, e este Governo, todos os investimentos que tem feito nos sectores sociais, efectuou e vai continuar a efectuar, não são de maneira nenhuma para a manutenção dum sistema de sub-desenvolvimento generalizado.

Eu pergunto ao Sr. Deputado que explique se os seus indicadores em relação a outros países, em que a participação no sector primário é tão grande, como por exemplo nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, onde existe uma grande participação de produtos agrícolas, quer a nível interno, quer a nível mundial mesmo, os fazem considerar como países sub-desenvolvidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Responderei também com muita satisfação ao Sr. Deputado da bancada do PSD, Dir-lhe-ei que matéria de economia não é realmente a minha especialidade, mas, tanto quanto sei, o estado de sub-desenvolvimento não se situa exclusivamente em termos de níveis, mas também pela ausência de estruturas que permitam o arranque para o desenvolvimento.

São essas estruturas que infelizmente a nossa Região ainda não tem.

Presidente: Vou agora dar a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado João de Brito Medeiros.

Deputado João de Brito Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Com as alterações do regime político em Portugal em 25 de Abril de 1974, o nosso Arquipélago veio a despertar de um letargo, graças particularmente aos programas políticos apresentados pelo Partido Social Democrata ao povo açoriano e que recebeu dos mesmos o seu apoio maioritário.

Se efectuarmos uma análise retrospectiva ao primeiro mandato da governação de uma forma consciente e coerente teremos que reconhecer, com justiça, que muito foi realizado e construído em prol destas ilhas, infelizmente ignoradas durante séculos.

É pela segunda vez que o Governo desta Região submete a este Parlamento para apreciação, discussão e aprovação o Plano de Médio Prazo que, tem como objectivo, o desenvolvimento sócio-económico global da Região.

Embora os Planos anuais sejam obviamente mais pormenorizados, este Plano é um instrumento de extrema importância, no qual se define as linhas orientadoras da política que o Governo pretende pôr em execução no seu programa, neste segundo mandato.

A experiência vivida de quatro anos de governação reflecte-se bem na ponderação e na coerência deste Plano, embora a falta de elementos estatísticos rigorosos, levassem a todos aqueles que trabalharam na sua feitura a um esforço exaustivo, para que, não saísse das realidades e dos objectivos que o Governo se propõe, e

conduzissem ao lançamento de medidas corajosas que, na prática, traduzem a melhoria da qualidade de vida das populações.

As medidas de carácter económico, ao serem tomadas, não são de maneira nenhuma medidas de concretização rápida, pois na prática, os seus resultados só se fazem sentir a médio ou a longo prazo, daí que é necessário esperar pela transformação que elas traduzem.

No Plano a Médio Prazo, foi dada uma atenção redobrada aos sectores produtivos, pois estes são geradores de riqueza e estão na base da melhoria do nível de vida das populações, projectando-as para padrões mais elevados.

A agro-pecuária é a principal alavanca do progresso e desenvolvimento da economia açoriana, para além de estar na base de múltiplas actividades económicas noutros sectores.

A nossa agricultura, é essencialmente de encosta pois, 2/3 da área total está vocacionada esclusivamente para a pecuária, sendo ainda o restante 1/3 partilhado pelas culturas tradicionais em rotação com a própria pecuária, ficando esta área á mercê de factores que se prendem com exigências de mercado político de preços que condicionam a diversificação cultural e dificilmente se controlam.

Vivemos na transição de uma agricultura artesanal, ou de auto-consumo para a agricultura moderna, agressiva e competitiva. Urge portanto, aumentar a produtividade por unidade de superfície e consequentemente, reduzir o custo de produção, melhorar a qualidade do produto. Pois isto constitui o factor básico de qualquer exploração agrícola. Forçoso será portanto levar a cabo uma modificação estrutural, que tem de ser desencadeada de forma consciente e de modo a alterar o panorama actual das nossas explorações.

Esta mudança deve ser operada em algumas áreas com cuidado e ponderação e noutreas, rapidamente por forma a que o meio rural veja satisfeitas as suas aspirações.

Embora o afluxo migratório nas zonas rurais esteja em ritmo decrescente, ele ainda se faz sentir em algumas ilhas, principalmente mais por razões que se prendem a fortes laços familiares do que de ordem material, que impeçam uma vida digna a qualquer cidadão que habite esta Região.

Os caminhos para uma agricultura moderna e actuante é tarefa que está bem expressa no programa do sector da agricultura, apesar do aumento da produtividade por unidade de superfície e redução dos custos de produção serem frases fáceis de pronunciar, elas devem ter lugar de privilégio no espírito dos nossos empresários agrícolas, pois que na prática envolvem um conjunto de acções e medidas explícitas no Plano a Médio Prazo.

A história recorda-nos que, o progresso da agricultura nos países mais avançados da Europa Ocidental e nos Estados Unidos se desencadeou pelo desvio de parte da população activa agrícola para outras actividades, o que proporcionou a revolução da tecnologia no campo agrícola.

A semelhança desses países constata-se na nossa Região, um afluxo de parte da população activa rural para os sectores secundários e terciários. Por tal facto, sentimo-nos satisfeitos por constatarmos esta transferência para sectores mais bem remunerados, mas preocupados porque possam vir a ficar nos campos os agricultores mais velhos e pouco receptivos às novas tecnologias, caso este fenómeno não seja devidamente acompanhado pelos serviços oficiais e colmatado por novas técnicas.

Na actual situação regional, nas ilhas mais pequenas, esta missão coube à emigração e nas ilhas de maior densidade populacional, de maiores recursos humanos, onde o desenvolvimento e o progresso se faz sentir com maior intensidade, estão criadas as condições que irão facilitar, em algumas áreas, a introdução e inovação de tecnologia que irão aperfeiçoar e melhorar a rendibilidade das explorações.

Com efeito, torna-se evidente que teremos de encontrar motivações para que os futuros trabalhadores rurais e empresários agrícolas possam encontrar um emprego mais estável, um trabalho menos duro e mais atraente, um salário mais elevado, para além de outras regalias sociais.

Caso estas aspirações não venham encontrar eco, continuaremos a assistir ao êxodo rural dos mais válidos, mais aptos e mais produtivos.

Na modernização e valorização da agricultura que se pretende levar a efeito, a motomecanização ocupa espaço de relevo e é um factor decisivo para o bom êxito das explorações agrícolas, vindo ao mesmo tempo ao encontro das aspirações dos nossos empresários que pretendem remeter as enxadas e sachos para actividades cada vez mais secundárias, dentro das unidade de produção.

No entanto, a introdução de novas tecnologias na agricultura, pela rotura dos velhos hábitos e tradiçoes vêm sempre encontrar, por parte de alguns agricultores, uma forte resistência que tem sido ultrapassada pela via dos empresários com maiores conhecimentos técnicos e decididos a evoluir através da modernização das suas explorações.

Por isso, a entrada da mecanização tem sido efectuada com uma certa lentidão em alguns tipos de máquinas e noutros, tem-se verificado o abuso deficiente de utilização dos mesmos.

As vantagens de utilização deste meio de produção permite aumentar o rendimento do trabalho, realizar operações no momento mais oportuno e com a máxima eficiência, e dar ao empresário agrícola uma grande segurança.

Ainda hoje nos Açores 2/3 das operações culturais que se realizam nas explorações agrícolas processam-se de forma arcaica, recorrendo-se instrumentos menos rentáveis, aliada a uma mão de obra pouco produtiva, elevando como consequência os custos de produção para além dos padrões competitivos com outros mercados.

Daí resulta, que a nossa agricultura seja considerada por técnicos abalizados que nos visitam como uma agricultura de jardinagem.

A motomecanização é actualmente, um dos imperativos a médio prazo deste Governo Regional, pois este facto tem grande incidência nos resultados das explorações, que vão permitir a valorização dos produtos que serão negociados em mercados alargados e exigentes.

Para a nossa agricultura, a política de motomecanização que está em execução e que provavelmente no futuro será ampliada requer tratamento especial, por forma a evitar que as explorações agrícolas não deixem de utilizar equipamento e maquinaria que sejam as mais adequadas às nossas realidade económicas.

As explorações agrícolas açorianas assentam em terrenos inclinados com áreas em média de 4,5 hectares, compostas ainda na generalidade de parcelas dispersas e de formas irregulares, mas isto não nos permite concluir a impossibilidade de mecanizar.

Actualmente existe no mercado uma gama de pequenas máquinas, adequadas ao tamanho das parcelas e apropriadas ao sistema de cultura, que vêm possibilitar a viabilidade económica das mesmas.

Alguns tipos dos referidos equipamentos estão a ser introduzidos nas explorações familiares, com bons resultados.

Pena é, que no comércio os nossos vendedores de máquinas agrícolas tenham dificuldade em proporcionar à lavoura, máquinas capazes de realizarem um trabalho eficiente e racional, de estarem limitados à maquinaria adaptada a países de origem.

Embora muito já se tenha realizado nesse campo, teremos que continuar a visitar exposições a países em que a motomecanização esteja mais evoluída e se enquadre dentro das características peculiárias das nossas explorações.

Pela troca de impressões e ensinamentos e pela recolha de experiências, há que adquirir a tecnologia que interessa às nossas explorações e depois, à custa de notável intuição, dos técnicos e empresários introduzir-lhe simplificações que facilitem a sua utilização, reforçando os pontos que consideramos mais fracos, aumentando assim a sua rentabilidade económica.

Para complementarizar esta acção, seria necessário apoiar e favorecer a instalação de oficinas que se especializem neste ramo de actividade, recebendo o apoio técnico e financeiro das entidades ligadas a este sector.

Nas ilhas onde a motomecanização está numa fase insipiente, a maior parte das operações têm sido efectuadas pelo parque de máquinas da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, pelo IACAPS mas sem grande expressão, embora este organismo pudesse incrementar o apoio se lhe forem criadas estruturas para o efeito.

Existe outra forma de apoio que é os empreiteiros de trabalhos agrícolas que devem ser acarinhados, apoiados técnica e financeiramente, por entendermos que esta modalidade, no momento actual é a mais económica, mais prática e actua também eficientemente.

A estes empreiteiros, já com a uma vasta experiência, seria possível e vantajoso facilitar-lhes a aquisição de equipamento e maquinaria a baixo preço, depois de testadas, estes seriam os porta bandeiras da introdução de novos sistemas.

A médio prazo teremos que seguir o rumo para duas formas bem definidas de exploração, quer através de cooperativas, quer através de empresas familiares, da utilização comum de máquinas agrícolas.

No primeiro caso parece ajustar-se às nossas necessidades e realidades. Este associativismo para além das vantagens conhecidas de todos nós, vai permitir a viabilização de empresas demaisado pequenas e a utilização de maquinarias que grande parte dos cooperantes não teriam possibilidades de beneficiar pelas razões conhecidas de todos nós.

No segundo caso, as empresas familiares em que também a economia açoriana assenta com áreas suficientes para assegurar a aquisição de equipamentos necessários que viabilizem a sua exploração económica, garantindo ao agregado familiar um nível de vida digno.

A elevada gama de marcas de equipamentos para motomecanização existentes no comércio, cujos benefícios concorrenciais são evidentes, poderiam contribuir para a moralização dos preços.

No entanto, dado por vezes o desmedido desejo dos comerciantes em vender sem atenderem aos fins em vista, têm levantado uma série de dificuldades aos empresários, agravado em determinados casos, pela ausência de assistência após a venda, à falta de peças sobresselentes que conduzem à descrença da motomecanização e à saída de milhares de contos mal aproveitados.

Muitas têm sido as formas com que o Governo tem procurado minimizar estes efeitos, como por exemplo, a realização de cursos de formação de empresários agrícolas e especialização de pessoal capaz de manusear e retirar o máximo

rendimento desses equipamentos.

O crédito é um dos factores que também influenciam o reordenamento agrário regional e que conduz a uma agricultura moderna.

A aplicação da política de crédito na motomecanização, quando bem dirigida, de forma equilibrada e racional, vem ajudar a acelerar os objectivos que se pretende alcançar.

Ao terminar temos a consciência que a motomecanização é parte integrante da exploração agrícola e factor decisivo para a melhoria da produtividade do trabalho e rentabilidade económica das explorações, valorizando os seus produtos, de modo a torná-los competitivos em espaços económicos concorrenciais.

Esse é um dos objectivos propostos no Plano a Médio Prazo, pelo Governo Regional, e que na sua globalidade dou o meu apoio.

Tenho dito.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional de Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou alongar-me demasiado para justificar a proposta que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas faz ao Plano a Médio Prazo porque penso que está perfeitamente explícito no documento que todos tiveram oportunidade de analisar.

Contudo, talvez seja necessário referir um ou outro enquadramento, porvavelmente para explicitar um pouco mais aquilo que pensamos acerca daquilo que podemos e devemos fazer.

É evidente que o diagnóstico da agricultura, que foi executado neste documento e o realismo com que, pensamos, foi elaborado um conjunto de medidas que possam vir a encaminhar a agricultura açoriana para o seu pleno desenvolvimento, tiveram evidentemente, como pressupostos, que o Plano é imperativo para o sector público e é indicador para o sector privado, e muitas das medidas que estão ali consignadas dependem também das diferentes condições com que o modelo económico em que nos inserimos vai evoluindo.

Não posso deixar de referir aqui a intervenção do Sr. Deputado Roberto Amaral àcerca destas matérias, e dizer-lhe que, apesar de não concordar completamente com "stop and go" em relação às suas afirmações, também, a economia às vezes é como uma doença e os economistas como os médicos, o que levou um dos mais conhecidos articulistas dos Estados Unidos, referindo-se ao "supplied side" a dizer o seguinte: "que nem o "stockman", que é o seu executor, e o "Freedom" que é o seu teórico estavam de acordo em relação às medidas a adoptar". E comparava isso com uma recente doença que tinha tido e foi a três especialistas. Um receitou-lhe imediatamente ser operado; o outro disse-lhe vamos tratar e logo se vê; e o terceiro disse-lhe que com repouso a doença passava-lhe.

De qualquer das maneiras e tentanto ver, com o mais adequado pragmatismo, o tipo de acções que podemos levar a cabo, poderia efectivamente dividir o Plano a Médio Prazo em dois grandes capítulos. E aqui sim, porque se há um programa que se distingue de muitos outros é o programa agrícola. Naquilo em que o Plano é imperativo para o sector público, na agricultura não há efectivamente um sector público que mereça grandes imperativos, e assim, o que nós temos efectivamente consignado no Plano, são um conjunto de acções que constituem no fundo, a continuação de trabalhos anteriores de apoio ao sector agrícola que, ou por falta de dimensão ou por falta de adequada estruturação da sua produção necessita, efectivamente, desse mesmo apoio.

Vou pois assim referir-me mais exaustivamente àquilo que é indicativo para o sector privado, e aqui a esmagadora maioria das verbas que vêm consignadas no Plano, que parecem ser exíguas à primeira vista, não o são na realidade, pois, elas destinam-se, segundo a minha óptica, a levar a cabo o conjunto de experimentações aplicadas que possam ser concludentes no terreno concreto das realidades, e isto em completa conexão com a Universidade dos Açores, a fim de levar o lavrador a aplicar aquela tecnologia que efectivamente nós consideramos mais adequada.

Contudo, não podia deixar de aqui referir um aspecto que considero extremamente importante e que é o seguinte: não é possível mudar a agricultura açoriana e não é possível efectivamente modernizar a exploração agrícola açoriana sem que algumas profundas alterações estruturais sejam introduzidas no Plano a Médio Prazo.

Existem como é evidente, alguns entraves para que se caminhe o mais rapidamente possível para implementar essas acções estruturais. Há dois modos de abordar esse tipo de alteração estrutural.

O primeiro será, de uma maneira brusca, de uma maneira efectivamente agressiva e que é aquilo que vulgarmente se conhece por reforma agrária. Essa forma de poder mudar uma agricultura não é, na nossa óptica, aplicável ao momento actual sócio-cultural-económico, da agricultura açoriana.

Portanto teremos que optar por um modelo diferente uma vez que, para mim, reforma agrária tem já intrínsecas alterações estruturais, e, até hoje, as experiências colhidas mundialmente, nenhuma delas poderá ser conclusão. Se tivermos em atenção que a reforma pressupõe aumento da produção, nenhuma delas, digo eu, e a mais recente tentada em Portugal, foi concludente nesse aspecto e teve efectivamente êxito.

Tendo portanto em atenção as dificuldades que se põem às modificações de carácter estrutural

que, volto a dizer, reputo de extremamente essenciais para mudar a agricultura açoriana, são o excessivo ruralismo da sociedade açoriana, o tempo necessário para mudar a agricultura, pois, não se muda a agricultura de um dia para o outro. Muito daquilo que nós hoje pensamos que são problemas complexos da agricultura não passam de meros fenómenos conjunturais, em que o mecanismo "preço" assumiu, meus senhores, uma exagerada influência.

Por outro lado não é possível também pensar nessas mudanças sem que os sectores que devem apoiar as mudanças infraestruturais e os sectores que a seguir devem seraqueles que podem absorver os excedentes de mão-de-obra libertados pela agricultura, façam de uma maneira integrada um envolvimento de todo o processo para que ele tenha efectivamente pleno êxito.

Serei realista se vos disser sem a megalomania de ser efectivamente um grande senhor, de que a década de 80 terá que ser a década da mudança e ela terá que ser feita com o pragmatismo que uma agricultura como a nossa efectivamente impõe.

Daqui que talvez alguns objectivos da produção possam parecer, aos mais descuidados, demasiado tímidos. Devo dizer que discordo completamente.

Quando em alguns dos programas que são efectivamente inovadores se fala, por um lado, do apoio à produção sobre a forma duma nova modalidade do emprego do crédito como mecanismo de trarsformação, estamos efectivamente a introduzir, pela primeira vez na agricultura açoriana, um mecanismo que até agora não foi utilizado com a selectividade adequada a essa mesma mudança e à modernização das explorações.

Por outro lado, deposito grandes esperanças, e a Secretaria e o Governo irá empenhar-se decididamente naquilo que poderá ser a lei da orientação agrícola para o sector. Ela será a consequência da aplicação desta política de médio prazo e terá que ser elaborada na fase em que o Plano vai sendo aplicado, E à medida em que nós vamos obtendo respostas quer do sector técnico, quer do sector social, essa lei de orientação do sector agrícola, essa sim, cotada já com medidas profundas de incidência estrutural possa ser, efectivamente, a mola capaz de modificar a nossa agricultura.

Por último queria talvez dizer-vos que as grandes notas de carácter político que poderão orientar essa lei de orientação agrícola são fundamentalmente as seguintes:

- Esse modelo terá que ser coerente com o modelo político em que nos inserimos;
- Promover o desenvolvimento da agricultura será o seu objectivo;

Melhorar os rendimentos dos agricultores será inequivocamente também uma meta a atingir;

Aumentar a sua competitividade e fazer a sua aproximação estrutural com aquilo que hoje é conhecida como Europa das Comunidades.

Por último, deixando o sector agrícola passaremos ao sector das pescas.

Se há um sector que mereça da parte de todos nós, a maior atenção, esse sector é, efectivamente, o das pescas. Chamo, pois, a atenção, para esclarecer aqui algumas observações e algumas dúvidas levantadas por alguns Deputados desta Câmara, sobre aquilo que se pretende fazer e que esta mesma Câmara aprovou, no decorrer deste ano ou seja legislação efectivamente revolucionária para a ZEE exclusiva dos Açores.

O Decreto aqui aprovado sobre os afretamentos e a alteração do diploma que concede juros bonificados à aquisição de embarcações é único neste momento em toda a Europa, e pela primeira vez foi tentada em Portugal como uma maneira de dotar o sector piscatório, sem que isso seja demasiado pesado para o erário público, de um mecanismo capaz, de esse mesmo sector poder ter ao seu dispôr as embarcações que efectivamente necessita para preencher a ZEE açoriana.

Existem alguns factores limitados e esses factores são bem conhecidos de todos nós e vêm claramente objectivados na minha proposta de Plano a Médio Prazo. Pensamos e tenho grandes esperanças de que com o edifício legislativo que foi posto ao serviço das pescas será possível ultrapassar no médio prazo, e agora sim no médio prazo, apesar de todo este marásmo que neste momento e durante estas dezenas largas de anos, durante os quais ninguém se lembrou de modernizar este sector, poderemos efectivamente ser capazes de caminhar mais seguramente para a transformação necessária.

Por último, nada disto poderá ser feito, e não me posso esquecer neste momento de que o que viemos encontrar, porque só fazemos parte deste II Governo, foi um trabalho que permitiu efecitvamente a facilidade com que agora foi possível fazer este Plano.

O trabalho anteriormente desenvolvido, foi já um trabalho muito realista, foi já um trabalho voltado para este desenvolvimento e coube-nos a nós, servindo-nos dessa herança, de sermos capazes, de neste momento, que é o adequado para o fazer, (não poderia ter sido feito antes) dotar os diferentes sectores agrícola, pecuário, silvicuo e das pescas do edifício legislativo adequado, de uma lei de orientação capaz de mudar a agricultura, e no caso do sector das pescas dotar o pescador açoriano dos meios necessários, legislativos e financeiros, para que efectivamente essa mudança seja possível e não se torne um desejo que num curto e médio prazo não se possa efectuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meus

agradecimentos por estes breves momentos, que tiveram para me ouvir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para um pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser breve, precisamente tendo em atenção o meu propósito de há pouco.

Ouvi com agrado a esplanação que o Sr. Secretário fez, cheia se sumo, demasiado condensada quase um "título".

(Vozes inaudíveis)

O Orador: Sim, quase um "título" que é a maior condensação que eu conheço.

Pois gostaria de fazer duas perguntas:

A primeira, é que, de facto, não se pode fazer reforma agrária sem revolução, sem violência, sem ferir as pessoas na sua dignidade, naturalmente, eu direi, mas isto não é pergunta, é a minha resposta. Pois, claro que se pode, temos que ter em atenção toda a reforma agrária desde o princípio do século na Europa.

Segunda pergunta: Têm medo da reforma agrária? Não é da do Alentejo, claro!

Estão feitas.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra para prestar os esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu não tenho nada a responder ao Sr. Deputado Fernando Monteiro. Temos conceitos diferentes sobre a mesma matéria.

Esperemos que o CDS assuma o poder para ver se é capaz de executar a reforma agrária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para formular um protesto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Pois eu queria protestar contra a atitude do Sr. Secretário porquanto o CDS, Naturalmente,não vai subir ao poder e se subisse não era tão violento ou, pelo menos, a única coisa que podia ser era mais corajso do que o PSD e em termos de reforma agrária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart que também pretende formular pedidos de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Secretário da Agricultura e Pescas permita-me que coloque algumas questões pontuais que permitirão que se faça algum esclarecimento sobre assuntos que dizem respeito á agro-pecuária açoriana.

É um facto que a Secretaria a que preside herdou uma orgânica já definida e herdou também alguns factos consumados, entre os quais a existência do IACAPS que tem por património os bens dos ex-grémios da lavoura, propriedade que era dos lavradores asociados e que foi usurpada por força de um Decreto Regional da responsabilidade do PSD.

É legítimo, no nosso entender, o direito que assiste à lavoura associada de reaver a sua propriedade.

Tomará o Governo alguma medida no sentido de indemnizar a lavoura associada pelos bens que eram seus e que agora pertencem à Região?

Admite o Governo a hipótese de devolver aos lavradores associados os bens dos ex-grémios da lavoura?

Outra pergunta relativa à Ilha do Faial:

Existe nesta ilha uma associação de lavradores, "A União Democrática de Agicultores", com uma comissão instaladora já publicada, há mais de um ano, e que não foi ouvida nem achada, por exemplo, para a viagem de trabalho à FILAGRO e a vários empreendimentos agro-pecuários do Continente.

Quais são as organizações de agricultores que o Governo reconhece na Região, e particularmente na Ilha do Faial?

Como verifica o Governo a representatividade das associações de lavoura existentes na Região?

Finalmente, quanto ao sector das pescas, e sobre a polémica que tem lançado imensa controvérsia nas relações entre o Governo Regional e o Governo da República relativamente á aplicabilidade do Decreto Regional que regulamenta o afretamento de barcos de pesca estrangeiros, gostaria de saber se o Governo Regional está neste momento numa fase de negociação para resolver questões relativas à aplicabilidade do diploma legal que no nosso entender é legítimo ou estará a adiar a resolução do problema para eventualmente o Governo Central definir, ele próprio, legislação nacional sobre esta matéria que venha a prejudicar a legislação regional.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra para dar as respostas que entender convenientes.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Deputado Martins Goulart em relação à primeira pergunta que me fez, se não se importa, eu pedia ao meu colega do Comércio e Indústria que respondesse, uma vez que o IACAPS e organismos similares estão mais sob a sua tutela.

Quanto às restantes perguntas na realidade temos mantido contactos, na Secretaria da Agricultura e Pescas com todas as associações da lavoura a nível regional. Aqui na Horta, mantivemos com a Associação de Lavradores da Horta, e na realidade as minhas desculpas por eu não ter tido ainda recebido nenhum papel que identificasse a associação de que acabou

de falar, para ser ouvida acerca de questões agrícolas.

Se a associação está formada, se é representativa da lavoura faialense, não tenho nenhum problema em poder dialogar com ela, e daí o facto de quando as associações foram consultadas para indicar associados seus com o fim de se deslocarem á FILAGRO, essa associação não ter sido ouvida.

Quanto à sua última pergunta que reputo de extrema importância, que se passa neste momento é que não há negociações para "negociar" o Decreto Regional que esta Assembleia aprovou, mas sim reclamação para o seu integral cumprimento.

Surgiram alguns aspectos formais levantados por Lisboa, que uma recente reunião com o Sr. Ministro da República e com o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas deverá ter definitivamente resolvido. Aliás, a minha posição nesta matéria não podia ser outra, ou seja, volto a repetir, exigir o total e completo cumprimento da legislação aprovada, por unanimidade por esta Casa. É o respeito que efectivamente esta Casa me merece que assim me leva a fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para completar os esclarecimentos.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como deve saber o Sr. Deputado Martins Goulart, esta Assembleia aprovou o Decreto Regional 11/75/A, e nessa altura ele foi certamente objecto de ponderação e discussão por esta Assembleia, Decreto esse que permitiu a criação do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura e que também para ele passaram os bens activos e passivos pertencentes aos ex-grémios, isto na sequência do Decreto-Lei 482/74, de 25 de Setembro, que os extinguiu, e previa que por despacho, naquela altura do Governo Central deviam ser aqueles bens afectos a outras instituições a criar por despacho do Minitro da Economia e Finanças e creio que um dos Ministros de Estado que nessa altura compunham a orgânica do Governo Central.

Portanto este diploma foi em 1979 solicitado pelo então 1º Ministro Mota Pinto e a pedido de uma organização da lavoura, que por sinal afecta ao CDS, e agora cuja posição é defendida pelo PS, segundo me parece, foi pedida a declaração de inconstitucionalidade.

Depois de termos analisado várias vezes esta situação na medida em que houve pedidos de algumas associações no sentido de serem restituídas as instalações do IACAPS a essas associações, analizámos este diploma, e conclui-se que o governo não tem neste momento qualquer competência para devolver as instituições, actualmente pertença do IACAPS, às organizações da lavoura.

Só a esta Assembleia compete legislar sobre esta matéria, se assim o entender ou então por proposta do Governo.

Quero também aqui referir que na própria estrutura do IACAPS, ele tem prestado apoios muitíssimo importantes à lavoura, na comercialização de produtos que lhe são essenciais sobretudo nalgumas ilhas sem infraestruturas mínimas e sem iniciativa comercial para comercializarem os produtos que são indispensáveis a este sector importante da economia açoriana.
Direi mesmo que nalguns casos, os apoios que o instituto tem dado através do seu orçamento e do apoio que o orçamento regional lhe tem dado, vão muito além das possibilidades que qualquer organização privada ou cooperativa podiam dar.

Este assunto tem sido ponderado e no conselho, que é um órgão que faz parte do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, fazem parte as associações de agricultores, e, estou certo que, uma vez que a estrutura seja posta a funcionar convenientemente estarão ali representados os interesses do sector que são sem dúvida importantes.

Pode, certamente, aparecer outras alternativas, e oportunamente esta Câmara terá certamente conhecimento delas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para prestar um curtíssimo esclarecimento.

Quero relembrar a esta Câmara que a posição do Partido Socialista, quando foi discutida a proposta de Decreto Regional que criou o IACAPS foi de um veemente voto contra, exctamente pela razão que hoje aqui evoquei.

Nós votámos contra a criação do IACAPS pela razão simples de que considerávamos que se praticava um roubo perante a lavoura.

(Risos)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pediu a palavra para um pedido de esclarecimento.

Tem pois a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

Eu queria contestar a validade do IACAPS.

Perguntaria só se o Decreto-Lei 473/75, de 25 de Setembro, indicava quais eram os organismos ou as organizações da lavoura que deviam

assumir o património dos ex-Grémios.

Se indicava, diga-me quais são, e se, de facto, o destino desse património foi bem entregue.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para responder a estas questões.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Decreto 482/74, de 25 de Setembro dizia que "a extinção efectiva dos grémios da lavoura e suas federações implica a transferência para as entidades que forem indicadas para os substituir, do seu activo e passivo bem como quaisquer valores e direitos e dos saldos dos fundos existentes".

Isto quer dizer que estas instituições seriam criadas pelo governo, indicadas obviamente por um despacho a anteceder essa criação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para formular um pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Perguntaria ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria se acha que a entidade melhor para absorver um património que era da lavoura se de facto será o IACAPS.

Volto a dizer que não ponho em dúvida as virtualidade do IACAPS em muitos campos, quero só saber se esse seria o melhor organismo a absorver um património que pertence à lavoura.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional para responder a mais este pedido de esclarecimento.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Como sabe o Sr. Deputado, antes do governo tomar a iniciativa de criar o IACAPS, as estruturas pertencentes aos ex-grémios quase que cairam numa situação de falência porque ninguém quis tomar conta delas, nem sequer as próprias comissões instaladores, nomeadas na altura, quiseram prosseguir o seu trabalho, e houve necessidade de criar uma instituição, organismo que tomasse conta da situação que era degradante.

O Sr. Deputado sabe isso muitíssimo bem, ele próprio em determinada altura teve que proceder a determinadas reuniões com vista a sanear a situação financeira que era catastrófica do ex-grémio de Ponta Delgada.

Portanto foi um meio possível que nós encontrámos para salvar uma situação que se vinha a degradar de dia a dia.

Quanto a mim, sempre é possível encontrar solução diferente de acordo com o tempo em que vivemos. Portanto não quer dizer que esteja qualquer porta fechada para se encontrar uma solução diferente desta que é a situação presente.

Presidente: O sr. Deputado Fernando Monteiro pretende fazer qualquer outra intervenção sobre este assunto?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu tenho que esclarecer...

Presidente: Suponho que em termos de esclarecimentos isto já está mais que dito e provavelmente vamos entrar numa fase repetitiva.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Bem eu não sei se a figura regimental de protesto serve para um esclarecimento que até é extremanente cordial.

Presidente: Certo. Eu não ponho em dúvida a cordialidade. O Sr. Deputado faz favor de prestar o seu esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Natualmente eu confirmo todas as situações definidas pelo Sr. Secretário, só que os circunstancionalismos de então modificaram-se bastante, e por essa razão e aproveitando a sua última boa vontade, não sei se me está a ouvir, já é hábito não me ouvirem mas enfim...

(Risos)

O Orador:...é a mesma coisa de não ouvirem o povo. Não faz mal...

(Risos)

O Orador:... o falar de mais, muitas vezes é para conseguir dizer alguma coisa.

Eu gostaria de dizer isto:

Não acha que já chegou o momento de poder restituir à lavoura um património que ela é capaz de assumir na devida responsabilidade, e porque o quer e talvez fosse uma maneira de ela se incentivar e organizar-se? A pergunta está feita. Não vou dar mais nenhuma resposta e muito menos protestar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente eu pedi a palavra porque, podia ficar no ar uma questão que julgo extremamente perigosa.

É que não se trata de transferir apenas o património dessas instituições. Trata-se de transferir o património e com ele todo o seu activo e passivo, incluindo os próprios funcionários, e as associações agrícolas que podem perfeitamente assumir essas responsabilidades terão que a assumir na sua plenitude, e não podem de forma alguma querer apenas a restituição do património quando ele implica, sem dúvida, os funcionários que estão lá a trabalhar bem como o activo e passivo que ele tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para formular um pedido de esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): É um

pedido de esclarecimento porque eu considero a questão levantada pelo Sr. Deputado Martins Goulart de muita pertinência e sobre ela gostaria de ser esclarecido.

É que eu também ouvi uma vez ou outra, sem nunca me meter muito dentro dos problemas, que esta era de facto uma reivindicação da lavoura.

A pergunta que eu formulo é, se de facto a lavoura se tem mostrado disposta a assumir a responsabilidade total do património, activo e passivo, e bem assim, do pessoal trabalhador dos Ex-grémios e agora delegações do IACAPS.

Uma segunda pergunta que julgo estar subjacente a esta é no sentido de saber se as associações de lavoura em questão são efectivamente representativas da lavoura, ou eram ao tempo representativas da lavoura, que percentagem de lavoura representavam e quem é que representavam porque algumas vezes à volta da lavoura se movimentam interesses que podem não ser rigorosamente os da lavoura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pacheco de Almeida, julgo que o Partido Socialista não está ainda transformado num organismo que se apresenta como porta voz da lavoura seja ela qual for. Nós defendemos uma posição de princípio, defendemo-la no dia em que a Proposta de Decreto Regional que criou o IACAPS e com ele permitiu a apropriação de bens que pertenciam até a esse momento à lavoura, por parte da Região, desde esse dia que vimos levantando esse problema. Nesta data e porque estávamos a debater uma questão que por causa de um riavivar do tema está a ser outra vez tratada nos meios políticos, económicos e sociais da Região, julguei útil formular uma pergunta ao Governo Regional.

A posição do Partido Socialista não é a de representar nenhuma corrente de opinião, nem nenhuma pressão de um sector produtivo, mas sim simplesmente de defender uma questão de princípios e auscultar o Governo perante uma situação que pode ser nova em face de movimentações que se conhecem na Região, no nosso entender legítimas, enquanto se apresentarem na defesa de interesses legítimos e legais.

Quanto à segunda questão, eu penso que o meu colega Fernando Monteiro poderá talvez intervir sobre essa matéria.

(Risos)

Presidente: Tem pois a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro uma vez que foi também interpolado sobre este assunto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ora eu gostaria de dizer que na qualidade de CDS não quero participar no desenvolvimento dum problema desta natureza, nem aqui nem lá fora. Na qualidade de homem que se preza por ver repostas as verdades nos seus devidos lugares, então defendo a causa.

Chegou ao meu conhecimento a necessidade de a lavoura adquirir, não por manobra minha, para seu pleno uso, um bem que julga seu.

Naturalmente foi sugerido pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida uma coisa que eu apoio já, ou seja, talvez alguém daqui ou até o próprio Governo que é o que mais interessaria, auscultar a lavoura e fazer o condicionalismo necessário para ela assumir essa absorção de património.

Para isso, pois há um condicionalismo que será exigido da maneira como acharem mais conveniente.

Triunfos políticos não os quero tirar. Quero isso sim, e é isso que eu defendo, a restituição à lavoura do património que me parece ser dela.

A quantidade naturalmente tem que mudar. Um número minoritário de lavradores não tem direito a assumir, nem ser porta voz, nem ser dono dum todo de actividade importantíssima na Região, qual seja, a lavoura ou a actividade agro-pecuária.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pretende prestar uma informação que eu presumo seja relacionada com a consulta do Diário da Assembleia Regional. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Andamos todos muito preocupados com a verdade, e penso que é nesse aspecto que a minha informação tem que ser entendida porque ela baseia-se em provas irrefutáveis.

O Sr. Deputado Martins Goulart acabou de dizer uma falsidade, naturalmente sem intenção, mas fê-lo. Disse o Sr. Deputado que já na altura o Partido socialista tinha votado contra porque era um roubo, porque tinha sido assim, porque tinha defendido os lavradores.

No dia 10 de Março de 1978, foi discutido nesta Assembleia aquilo que agora está aqui em discussão, ou seja, o tal IACAPS.

Tenho aqui o Diário das Sessões, o Diário da Assembleia Regional está aqui tem o nome dos Srs. Deputados que intervieram e no fim, na página 2548 do nº 66 do Diário das Sessões da Assembleia Regional diz assim:

"Está encerrada a discussão Vamos votar na generalidade a proposta proveniente do Governo,

pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria. Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta proposta, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Aprovado por unanimidade".

(Risos)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart tem a palavra.

Deputado Martins Goulart (PS): A votação na especialidade é outra.

Nós nunca votámos a favor a expropriação dos bens da lavoura dos Açores.

(Vozes inaudíveis)

O Orador: Sr. Membro do Governo, na especialidade é que se altera aquilo que nós não concordamos ponto por ponto.

Presidente: Sr. Deputado eu penso que o assunto está suficientemente esclarecido, e se há aqui algum aspecto que não foi esclarecido e que me parece um pouco resvaladio, é um aspecto, talvez mais de natureza jurídica do que política, porque efectivamente havia um Decreto-Lei que está subjacente a todo este processo e que obviamente é da responsabilidade de um Governo Provisório muito anterior até à existência dos órgãos regionais.

Eu não pretendo, nem sequer tenho o direito de intervir neste processo, mas penso que seria útil chamar a atenção para isso, como aliás já foi referido pelo Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Penso que talvez interessa ter presente esta realidade.

Entretanto dou a palavra ao ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer que o Partido Socialista teve a iniciativa de apresentar uma proposta de criação de um instituto de apoio ao sector cooperativo, e como tinha na generalidade essa intenção apresentou-a de facto e não podia votar contra um documento que em princípio criava um organismo semelhante.

Presidente: Suponho que o sr. Deputado Fernando Faria deseja completar alguma informação sobre o Diário das Sessões. Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Bom, eu de forma alguma quero dizer que o Partido Socialista não terá tido essa intenção.

Agora, pelo que eu acabei de ler há pouco, embora apressadamente, na generalidade o partido socialista votou a favor, portanto este diploma foi aprovado por unanimidade.

Na especialidade houve propostas de alteração unicamente apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, e todas elas foram aprovadas por unanimidade.

É a leitura do que aqui está.

(Vozes da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado, pois ficamos nesta dúvida, não sei se existencial mas, de qualquer forma, é o que está escrito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, julgo que a questão está esclarecida e o assunto encerrado, mas eu não queria deixar de me congratular, se V. Exa., me permite, com o facto de termos visto hoje o Partido Socialista, depois de uma tremenda catinilária lançada contra o Governo Regional pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt por o Plano a Médio Prazo sublinhar as virtualidades da iniciativa privada, estar agora convertido à defesa dos direitos sacrossantos da entidade privada.

É um facto para congratularmo-nos. Que surpreendente que é este Partido Socialista!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejo protestar pelo mau gosto desta intervenção, de um partido que se diz defender a iniciativa privada e que usurpa os bens privados e confere-nos à Região, o que quer dizer que os nacionaliza.

(Vozes inaudíveis)

Presidente: O Sr. Deputado Altino de Melo pede a palavra para prestar um esclarecimento.

Deputado Altino de Melo (CDS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Eu queria prestar o seguinte esclarecimento:

Ultimamente o CDS está muito interessado na lavoura, nomeadamente em S. Miguel e o que se passou na altura foi simplesmente isto: - sou lavrador e era sócio do grémio da lavoura de Ponta Delgada - quiz-se entregar os grémios de Ponta Delgada, Angra e Horta aos lavradores. Os da Terceira queriam aceitar, porque se havia dado um saldo positivo de 2.000 contos, depois veio-se a verificar que havia um engano no lançamento das contas e em vez de lucro existia um prejuízo formidável, e então propuseram o sequinte: Ponta Delgada Angra e Horta aceitavam os edifícios e todo o património, mas não queriam as dívidas nem os funcioinários.

Portanto o Governo é que tinha que pegar nos funcionários. Isto foi o que se passou na altura e esta é a explicação que pretendia dar.

Presidente: Eu suponho que o assunto está mais que esclarecido, e nós estamos é a discutir o Plano a Médio Prazo.

Já estamos no fim da Sessão e estou só à espera que isto acabe para a encerrar. Se

o Sr. Deputado Fernandc Monteiro pretende lançar aqui mais uma luz, desde que não seja fogo, eu dar-lhe-ia a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): É uma figura bondosa Sr. Presidente.

(Risos)

O Orador: É só para dizer que fiquei imensamente esclarecido.

Muito obrigado.

(Risos)

Presidente: Srs. Deputados penso que o incidente está efectivamente encerrado e com ele vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Os trabalhos desta Assembleia vão continuar-se na próxima Segunda-Feira pelas 10 horas da manhã.

A ordem de trabalhos será a mesma que estava agendada para hoje, ou seja, a continuação da apreciação desta proposta, bem como a das propostas do Plano e Orçamento para 1982 e ainda a última matéria que pensamos fazer apreciar neste período legislativo, e que é a reapreciação do Decreto Regional que pretendia alterar o actualmente vigente sobre o arrendamento rural, o qual foi objecto de um veto por inconstitucionalidade.

É pois com toda esta ordem de trabalhos que estaremos aqui a partir das 10 horas da próxima Segunda-Feira.

Muito boa noite.

Estão encerrados os trabalhos.

(Eram 20.05 horas)

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Alvarino Pinheiro, Mário Freitas , Manuel Valadão; **PS** - António Fraga, Luísa Brasil).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Resposta do Governo Regional, a o requerimento nº 310 apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Dutra, sobre a Central Térmica do Pico.

Sobre o assunto designado no requerimento apresentado pelo Deputadc Regional Dutra de Sousa, sobre o problema da nova central térmica da Ilha do Pico, temos a informar V. Exa., do seguinte, de acordo com o esclarecimento da Direcção Regional de Energia:

1- Foi recentemente adjudicado pela Federação dos Municípios da Ilha do Pico, à Firma Turbomar, um grupo térmico de 1250 KVA, cujo arranque se prevê para o início do próximo ano.

2- Assim, neste momento, estão a decorrer os trabalhos de construção civil da nova central térmica (provisória) do Pico, na zona de S. Roque dentro de uma concepção que permitirá a futura ampliação daquelas instalações em ordem a possibilitar a sua transformação no principal centro produtor térmico da Ilha do Pico.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: José Tavares Frazão Júnior.

Resposta do Governo Regional a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Renato Moura, sobre Aproveitamento dos Recursos Hídricos na Ilha das Flores.

Sobre as questões relacionadas com o problema de abastecimento de energia eléctrica à Ilha das Flores, apresentado no requerimento pelo Ilustre Deputado Renato Moura, compete-nos comunicar a V. Exa. do seguinte, conforme a informação prestada pela Direcção Regional de energia:

a) Os estudos em curso, a cargo da DGRAH, são os que constam nas actas das reuniões da Comissão Luso Francesa e dizem respeito à ampliação da central de Além Fazenda com mais um grupo hídrico, com uma potência de 640 KVA, e à instalação de dois grupos térmicos.

Está também previsto o estudo da possibilidade de se aproveitarem os caudais de outras ribeiras para a produção de electricidade, a levar a efeito oportunamente pela concessionária regional, tendo em linha de cónta outras utilizações prioritárias da àgua, nomeadamente, o abastecimento público.

Por último está em curso a montagem de um grupo térmico de 625 KVA, cedido pelo Governo Regional, nas antigas instalações de LORAN.

b) Deverá esclarecer-se que a responsabilidade do normal abastecimento de energia elétrica à ilha cabe à Federação dos Municípios da Ilha das Flores.

Esta Secretaria Regional, através da Direcção Regional de Energia, tem promovido e está sempre na disposição de promover todo o apoio técnico que a Federação lhe solicite em ordem a melhorar as condições de fiabilidade da rede. A este propósito informa-se que muito recentemente se deslocaram à Ilha das Flores missões constituídas por elementos da Direcção Regional de Energia e Empresa Insular de Electricidade para, conjuntamente com a Federação, equacionarem os principais problemas e definirem as bases de cooperação para a sua solução, designadamente, no que respeita à montagem do grupo térmico de 625 KVA, referido anteriormente, conservação dos postos de transformação da Base de Telemedida e zona Residencial Francesa e, ainda, problemas tarifários.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: José Tavares Frazão Junior.

Resposta do Governo Regional ao requerimento nº131 apresentado pelos Srs. Deputados Avelino Rodrigues e Carlos César, sobre Pagamento de

Retroactivos a Professores.

Relativamente às questões formuladas pelo Grupo Parlamentar do PS, informo V. Exa. de que nos termos do disposto no artigo 17º do Decreto-Lei nº338/79, de 25 de Agosto até ao final do ano económico de 1979, as despesas com o pessoal dos ensinos básico, secundário e das escolas do magistério primário continuavam a ser suportadas por transferências de verbas consignadas a este fim no orçamento do então Ministério de Educação e Ciência.

Por entender que o citado diploma era omisso quanto aos encargos que não fossem satisfeitos até 31/12/1979 a décima Delegação da Contabilidade Pública interpretopu que a partir de 1980 nada tinha que pagar e não foram inscritas verbas nem no O-G-E- de 1980 nem no de 1981.

Com base no que antecede, aquela delegação recusou a autorização de pagamento a três requisições de fundos no total de 13.084.805$00.

A situação neste momento encontra-se ultrapassada, porquanto por despacho de 21 de Outubro findo de Sua Exaª o Ministro da Educação e Universidades foi autorizado o pagamento dos rectroactivos em atraso e foram inscritas verbas no actual orçamento do M.E.C. para suportar os encargos.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional da Educação e Cultura: José Guilherme Reis Leite.

Resposta do Governo Regional ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Mário Martins de Freitas, Fernando Dutra de Sousa e Mário Garcia da Silveira, sobre Montagem da Bomba de Combustível na Piedade (Pico).

Relativamente ao Requerimento apresentado na Assembleia Regional, de que em anexo se junta fotocópia, a seguir se comunica a respectiva resposta desta Secretaria Regional do Comércio e Indústria.

1. Pelo ofício nº8/80, de 16 de Janeiro da Junta de Fregueisa de Piedade - Ilha do Pico, os Serviços de Combustíveis da S.R.C.I. tomaram conhecimento do interesse que aquela autarquia tinha em possuir na referida freguesia um posto de abastecimento de combustível;

2. Em 21 de Janeiro de 80, pelo ofício nº46/80, a Câmara Municipal das Lajes do Pico veio apoiar o pedido referido no ponto 1.;

3. Em 7 de Fevereiro de 1980, pelo ofício nº749, e após conculta verbal às companhias fornecedoras de combustíveis, foi comunicado àquela Junta de Freguesia o desinteresse das empresas contactadas;

4. No mesmo ofício, comunicou-se àquela autarquia que a forma mais viável de conseguir a instalação do posto de abastecimento pretendido seria conseguir um particular, que estivesse interessado naquela exploração;

5. Voltou a Junta de Freguesia de Piedade, em 20 de Janeiro de 81, a formular o mesmo pedido, apresentando novas razões, para justificação de tal carência;

6. Em 25 de Janeiro de 1981, consultaram os serviços competentes desta Secretaria Regional, pelos ofícios números 201, 202 e 203, todos datados de 28 de Fevereiro de 1981, as empresas Nicolau de Sousa Lima & Filhos, Ldª, J. H. Ornelas & Cª Ldª e A.C.Cymbron, Ldª, sobre a possível viabilidade da instalação do posto de abastecimento na Piedade;

7. Em 27 de Fevereiro de 1981, foram recebidas as seguintes respostas:

- J.H. Ornelas - "...Em nosso entender, dado o reduzido número de veículos automóveis na zona, não é viável a instalação de qualquer Posto de Abastecimento.

As elevadas taxas que pagamos pela ocupação do espaço público e licenças camarárias impossibilitam-nos de, mesmo com a melhor boa vontade, instalar o referido Posto de Abastecimento..."

- A.C.Cymbrom Ldª - "...Informamos V. Exa. de que o mesmo foi transmitido à Petrogal.

Oportunamente, comunicaremos a V. Exa. a resposta daquela empresa sobre a viabilidade da montagem do Posto de Abastecimento pretendido..."

Não nos foi, porém, dada qualquer resposta posterior.

De parte da firma Nicolau de Sousa Lima & Filhos Ldª., não se obteve qualquer resposta.

8. Por conseguinte, em face do exposto, é parecer dos Serviços de Combustíveis da S.R.C.I. que a forma mais viável para a pretensão da Junta de Freguesia de Piedade, será a referida no ponto 4.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: José Tavares Frazão Junior.

Resposta do Governo Regional ao requerimento Apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro da Câmara Pereira, sobre Produção Animal de Gado Bovino (Faial).

Acerca do requerimento apresentado pelo Deputado do CDS e dentro dos elementos conhecidos pelos Serviço Regional dos Produtos Agro-Pecuários, esclarece-se o seguinte:

As diferenças de custo entre bovinos machos e fêmeas resultam da comercialização, ao nível dos talhos, em face dos rendimentos respectivos, pelo que tal diferenciação é verificada desde a aquisição das vitelas para recria e engorda; este último facto é verificado correntemente na Região.

Na composição dos custos pagos pela J.N.P.,

na sua intervenção local, serviram de base, naturalmente, os preços correntes no continente para as diferentes categorias ou os pagos pelos talhantes, no caso de abate.

Como a aquisição dos animais foi em vida, houve que atribuir um factor de conversão, em termos de rendimento, além de serem deduzidas as despesas de transporte até ao destino, as perdas prováveis de peso possíveis e as resultantes de despesas profilácteas exigíveis.

Um factor que deve ser ponderado, dado a sua importância na composição dos custos, é a diferença de classificação dos novilhos cá e no continente.

Na Região: São novilhos (as) os bovinos a partir de 180kg e até ao segundo desfecho.

No Continente: São novilhos (as) os bovinos a partir de 200 kg (raça autoctones com excepção da frisia) ou dos 260 kg (raça frisia e exóticas não leiteiras, bem como as provenientes de cruzamento) e até ao terceiro desfecho.

As diferenças referidas, só favorecem a lavoura nos abates na Região, medida tomada em atenção ás características locais de exploração, mas criam problemas na correspondência de preços no continente. Tal facto leva por vezes a uma manutenção dos animais pelo tempo necessário para atingirem os pesos desejados, facto que é possível por a idade aceite no Continente ser superior à da Região.

com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: José Tavares Frazão Junior.

Resposta do Governo Regional, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António Frederico Correia Maciel, sobre Importância da Existência de Delegado do Governo nas Ilhas da Região.

Relativamente ao requerimento de 25/1/81, do Sr. Deputado António Frederico Correia Maciel, sobre o assunto designado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de transmitir a V. Exa. a informação prestada pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública:

"1 - O artigo 70º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores estabelece que deve haver um Delegado do Governo em cada Ilha "sempre que as circunstâncias o aconselhem".

O Governo tem entendido que até agora as circunstâncias ainda não aconselharam a nomeação de Delegado do Governo para nenhuma ilha.

2 - Em 1977 foi elaborado por esta Secretaria Regional um Ante-Projecto de Decreto Regulamentar Regional sobre o Delegado do Governo.

Quando as circunstâncias concretas aconselharem a existência de delegado do governo em determinada ilha, será discutida, aprovada e publicada a legislação necessária."

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: Eduardo Gil Miranda Cabral.

O Redactor de 2ª classe: Eduardo Elias da Silva.